AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 38 | Nº 07 | JULHO 2018 | R$ 15,00

CRÉDITO AGROPECUÁRIO

ATENÇÃO ÀS TAXAS DE JUROS



FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

COMBUSTÍVEL X FRETE PAPEL REGULADOR DA CIDE

PROJETO DE LEI DOS DEFENSIVOS DISCUSSÃO PERMANECE

ECONOMIA VOLATILIDADE CONTINUARÁ

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Liel Miranda (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NO AGRO

A GREVE dos caminhoneiros mostrou claramente a falta de pulso do governo atual. Mostrou-se um verdadeiro absurdo a forma como todo o processo foi conduzido. A ***Agroanalysis*** irá acompanhar cuidadosamente todos os desdobramentos do aumento do frete. O problema ainda está muito longe de uma solução.

O artigo "Um tributo regulador para o mercado" (página 19) deixa claro que, se a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) fosse utilizada com a finalidade para a qual foi criada, a crise poderia ser evitada. Se, por um lado, o caminhoneiro tem que poder calcular exatamente o custo do seu frete; por outro lado, a Petrobras tem compromisso com os seus acionistas e não pode ser utilizada para fazer política pública mantendo artificialmente baixos os preços dos combustíveis. Para isso, a CIDE deveria funcionar absorvendo choques em momentos negativos e criando liquidez em tempos melhores. Esta é a solução para o problema: deixar a CIDE cumprir o seu papel, tornando os preços dos combustíveis menos voláteis sem prejudicar o caixa da Petrobras. Mais um ponto importante seria montar leilões eficazes dos contratos públicos, em vez de tabelar fretes.

Para apimentar ainda mais o cenário, a política do Federal Reserve (Fed) – banco central dos Estados Unidos – e a expectativa das eleições por aqui contribuem para manter o cenário de volatilidade. Nessa hora, passarinho que muda de galho e macaco que pula muito levam chumbo. O produtor rural deve ficar atento ao movimento do dólar, que vai flutuar até o quadro eleitoral se definir. Para não errar, a solução salomônica é sempre bem-vinda: comprar e/ou vender aos poucos para garantir um bom custo/preço médio. Mas, no quadro geral, o setor agropecuário é o que menos sofre com a crise.

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para a safra 2018/19, de julho deste ano a junho de 2019, foi o segundo depois da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 95/16, a PEC do Teto dos Gastos. Os recursos para o crédito rural foram praticamente mantidos nos mesmos níveis da temporada anterior. As taxas de juros foram reduzidas, na esteira da queda ocorrida nos últimos meses na taxa de referência da economia, a Selic. No entanto, temos ressaltado, nas últimas edições, a importância de se ficar atento aos juros. Com a queda da Selic, e da inflação, os juros, que antes eram apetitosos ao produtor, podem ser mau negócio agora. Por exemplo, se a inflação for 4%, uma taxa nominal de 8% anunciada pelo Governo representa uma taxa real de 4%, o que é muito alto. Toda atenção e contas bem-feitas são fundamentais.

Outro assunto em evidência no País é a mudança na lei dos defensivos agrícolas. As opiniões são divergentes, contudo importantes formadores de opinião do agronegócio brasileiro são favoráveis à mudança. Fontes internacionais de informação apontam para o papel crescente da produção agropecuária na segurança alimentar do mundo e no uso de combustíveis limpos e renováveis. A inovação, a sustentabilidade e a qualidade passam a ser traçadas como sinônimos na aplicação das tecnologias. Não pode haver déficit entre a convergência científica e a regulatória. O País colhe safras cheias, beneficiadas, por exemplo, pelo uso de sementes com Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Deve seguir nessa mesma linha a legislação de defensivos agrícolas quanto ao uso de moléculas modernas com maior produtividade

para as lavouras e menor impacto ambiental. O 2º Fórum Inovação, promovido pela Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), discutiu esse tema do ponto de vista da Ciência e da Pesquisa. A ***Agroanalysis*** continua aberta ao debate.

O Brasil é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo, atrás apenas da China, da Índia e dos EUA, com um consumo da ordem de 34 milhões de toneladas em 2016. Com alta dependência internacional, cerca de 72% do consumo doméstico são de produtos importados. Esse retrato enfatiza a importância da gestão logística para abastecer de fertilizantes as misturadoras e as indústrias no interior do País. Um bom planejamento da logística de fertilizantes envolve reduzir custos para entregar um produto mais competitivo ao agricultor.

Na entrevista do mês, há a participação de João Martins da Silva Junior, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Pontos importantes foram tratados pela instituição, como a organização e a imagem de uma atividade tão abrangente e heterogênea como a agropecuária. A CNA criou o Conselho do Agro, com a participação de importantes entidades ligadas às suas cadeias produtivas. A programação de reuniões mensais força o entrosamento e uma visão mais consensual dos problemas enfrentados por elas no cotidiano. Isso contribui para pressionar a continuidade das reformas para melhorar o funcionamento do Estado brasileiro.

Pelo nono ano consecutivo, a ***Agroanalysis*** apresenta o Caderno Especial da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja). Algumas das suas iniciativas merecem destaque. A entidade acaba de lançar, oficialmente, o projeto Guardião das Águas, com o objetivo de identificar as nascentes dentro das propriedades rurais e classificá-las conforme seu grau de conservação. No programa Soja Plus, criado em 2011, estão inseridas 1.033 propriedades, com 1,7 milhão de hectares cultivados de soja. A meta é dobrar o número de propriedades até 2020. Outro esforço é o programa Armazena MT, para o agricultor comercializar a safra com mais poder de barganha. Já o Movimento Pró-Logística (MPL) promove o apoio para finalizar a pavimentação da BR-163 no trecho entre Sinop (MT) e Miritituba (PA) em 2019. ■



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR
PLANO DE ESTADO – BRASIL 2030

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
CAPA FOCO DA POLÍTICA MONETÁRIA

14 AGRODROPS

17 MERCADO & NEGÓCIOS

17 PECUÁRIA DE CORTE
CONFINAMENTO COMEÇANDO A MELHORAR

19 CAPA BIOCOMBUSTÍVEIS
UM TRIBUTO REGULADOR PARA O MERCADO

21 LENTA RECUPERAÇÃO
ALIMENTAÇÃO FORA DE CASA DEVE CRESCER ATÉ 2022

23 CAPA PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2018/2019
VOLUME DE CRÉDITO PRÓXIMO DA INFLAÇÃO

26 GESTÃO

26 A INDÚSTRIA E A SEGURANÇA ALIMENTAR
DO COMBATE AO DESPERDÍCIO À NOVA ROTULAGEM NUTRICIONAL

28 LOGÍSTICA DE TRANSPORTE NO BRASIL
DESAFIOS NOS FERTILIZANTES

31 CONTEÚDO ESPECIAL

31 ANDEF
FÓRUM INOVAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA

38 COOXUPÉ
COOPERATIVA FAZ PRODUTOR CRESCER NOS NEGÓCIOS DE CAFÉ

40 APROSOJA
GUARDIÃO DAS ÁGUAS

46 FAESP
CÓDIGO FLORESTAL E A TUTELA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE

47 CAPA ANDEF
AVALIAÇÃO DE RISCO: AVANÇO DA CIÊNCIA BRASILEIRA

48 COLUNAS

48 DIÁRIO DE BORDO
O AGRO É NOSSO, O AGRO É PAZ

49 PRODUZIR
OS DESAFIOS DA IMAGEM DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NO EXTERIOR

50 OPINIÃO
RENOVABIO INDUTORA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

51 OPINIÃO
GARGALOS IMPEDEM AVANÇO DO AGRONEGÓCIO

53 REFLEXÃO
É PRECISO CRESCER

54 ESTATÍSTICA

PLANO DE ESTADO – BRASIL 2030

JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR

PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA)

DA REDAÇÃO

No comando da CNA desde 2015, João Martins da Silva Junior possui uma trajetória profissional de mais de cinquenta anos ligada à atividade pecuária e às entidades classistas. Em seu depoimento, apresenta uma boa visão das mudanças em curso no agro. A necessidade de um trabalho de comunicação e imagem do setor passa a ser um grande desafio diante de uma sociedade cada vez mais urbana. Fala, também, sobre o documento "Plano de Estado – Brasil 2030", elaborado por diversas associações ligadas ao agronegócio para ser entregue aos candidatos à presidência. Dentre outros assuntos, discorreu, ainda, sobre a criação e a evolução do Conselho do Agro, que se reúne mensalmente na sede da CNA.



Wenderson Araujo/Trilux

QUAIS SÃO AS MOTIVAÇÕES PARA CRIAR O CONSELHO DO AGRO?

JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR: Criamos o Conselho das Entidades do Setor Agropecuário, o Conselho do Agro, em 2016, para unirmos forças e atuarmos, de forma cada vez mais organizada, na defesa da produção rural brasileira. Reunimos quinze entidades que atuam na representação dos diversos segmentos do setor para, juntos, buscarmos soluções para os grandes desafios que se impõem ao desenvolvimento da agropecuária nacional.

O Conselho é uma organização horizontal, sem hierarquia ou hegemonia, que reflete a grande variedade e a riqueza da nossa agricultura e pecuária. A nossa pauta de trabalho contempla temas que impactam diretamente no crescimento do setor e, consequentemente, na economia brasileira, pois a atividade agropecuária, hoje, gera empregos e contribui para a estabilidade econômica do País, mantendo o equilíbrio entre produção e preservação do meio ambiente.

EM QUE ESTÁGIO ESTÁ O CONSELHO?

JMSJ: Os integrantes do Conselho do Agro reúnem-se, mensalmente, na sede da CNA, em Brasília, para tratar dos temas estratégicos para o setor agropecuário. Desde 2016, já foram realizadas quinze reuniões, com a participação das quinze instituições que integram o fórum. Acreditamos que o agronegócio deve ser protagonista na apresentação de propostas de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social do País.

Por isso, entre os principais assuntos debatidos até o momento, destacam-se aqueles relacionados ao custo Brasil, como as reformas trabalhista, previdenciária e tributária, assim como temas que afetam diretamente o setor, como a modernização da política agrícola brasileira, problemas fundiários, o registro de defensivos agrícolas e a melhoria da comunicação do setor.

ESTÁ SENDO ORGANIZADO UM DOCUMENTO PARA ENTREGAR AOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA?

JMSJ: Sim. Estamos construindo um documento com a participação de todas as entidades que integram o Conselho do Agro, sob a coordenação do ex-ministro Roberto Rodrigues, via a Cátedra Luiz de Queiroz, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), e o Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro). Ao final deste trabalho, teremos o "Plano de Estado – Brasil 2030", com uma proposta para os próximos governos desenvolvida com o objetivo de transformar o Brasil no maior e melhor produtor de alimentos do mundo.

O documento foi estruturado em seis eixos, cuja síntese será apresentada aos candidatos à presidência da República. Contém uma visão de futuro que inclui temas estruturantes, como: as reformas necessárias ao desenvolvimento econômico do País; questões ligadas à segurança jurídica, que envolve, também, a segurança no campo; a abertura de novos mercados; prioridades na área de infraestrutura e logística; os investimentos em tecnologia e inovação para alavancar a produtividade da agropecuária nacional, entre outros.

> "PRECISAMOS MOSTRAR AO MUNDO ESSA IMAGEM DE UM SETOR QUE GERA RENDA E EMPREGO E CONTRIBUI PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS..."

Além da CNA e das entidades do Conselho do Agro, também participam da elaboração desse documento associações que representam a agroindústria.

COMO FORTALECER O PROTAGONISMO E A LIDERANÇA DO AGRO NACIONAL EM NÍVEL GLOBAL?

JMSJ: A liderança do agronegócio brasileiro no exterior e o seu fortalecimento devem ser pautados em dois eixos, que funcionam de maneira complementar: desenvolvimento de parcerias estratégicas com outros países e reafirmação da imagem do País e da marca "Brasil". O Brasil deve estabelecer parcerias estratégicas, por meio de acordos comerciais, com a Coreia, o Japão e o México, por exemplo, e ações de cooperação em temas regulatórios, referentes a investimentos em tecnologia e inovação no campo e, principalmente, nas áreas de assistências técnica e gerencial.

O produtor rural está fazendo o seu dever de casa ao adotar sustentabilidade e tecnologia como a base do desenvolvimento da agropecuária brasileira e precisará, cada vez mais, de inovação em

insumos, serviços e máquinas. Precisamos mostrar ao mundo essa imagem de um setor que gera renda e emprego e contribui para o desenvolvimento do País, ao mesmo tempo em que produz alimentos de alta qualidade, respeitando a biodiversidade local e buscando o desenvolvimento socioeconômico do meio rural.

Ao consolidarmos essa imagem-marca "Brasil" no exterior, adicionaremos cada vez maior valor ao produto brasileiro no mercado global, ao mesmo tempo em que disseminaremos as boas práticas brasileiras no campo com outros parceiros.

HOUVE UM TRABALHO INTENSO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM COM A SOCIEDADE?

JMSJ: Estamos trabalhando nisso. Ao atravessarmos essas crises econômica e política dos últimos anos, vimos que o setor agropecuário vinha oferecendo conquistas importantes ao País na geração de empregos e riquezas. Entretanto, a nossa comunicação chegava com atraso à sociedade urbana e, muitas vezes, com uma imagem distorcida do setor. Sabemos dessa deficiência e que precisamos demonstrar ao mundo as boas práticas ambientais e trabalhistas e as conquistas econômicas e sociais que o setor vem apresentando no Brasil.

É um enorme desafio, principalmente para quem está acostumado com a lida no campo, e não com os holofotes e as câmeras. Mas, todos os integrantes do Conselho do Agro têm, hoje, o mesmo sentimento, de que não basta fazer apenas um bom trabalho no campo, como estávamos fazendo. Temos que mostrar ao mundo que produzimos com responsabilidade ambiental e social, qualidade, eficiência e, principalmente, com o desejo de melhorar o Brasil.

Montamos uma estratégia de comunicação direcionada aos produtores rurais, por meio de programas de TV e rádio e redes sociais, com o objetivo de levar experiências de sucesso a outros produtores. Também temos uma estratégia de comunicação direcionada à sociedade brasileira e aos nossos principais mercados internacionais a ser implementada ainda neste ano.

PODEMOS TRABALHAR PARA UMA VISÃO MAIS COMPARTILHADA DO AGRO ENTRE AS ENTIDADES?

JMSJ: A criação do Conselho do Agro supriu em parte essa necessidade. O setor precisa falar a mesma língua, chegar a um consenso sobre as melhores soluções para os problemas, mas respeitando as particularidades de cada cadeia produtiva da agropecuária e a diversidade das regiões em que cada uma delas está inserida.

Em cada uma das reuniões que realizamos, uma das entidades ficou encarregada de apresentar um tema que impacta o setor, responsabilizando-se pela coordenação dos trabalhos. Assim, os membros do Conselho participam ativamente da construção de propostas para um setor mais eficiente. Tudo o que é deliberado é feito por consenso, sendo a visão e as ações compartilhadas entre as entidades que compõem o Conselho do Agro.

> "TAMBÉM TEMOS UMA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DIRECIONADA À SOCIEDADE BRASILEIRA E AOS NOSSOS PRINCIPAIS MERCADOS INTERNACIONAIS A SER IMPLEMENTADA AINDA NESTE ANO."

ESSE CENÁRIO INTERNO DE BAIXAS TAXAS DE INFLAÇÃO E DE JUROS FAVORECE A PRODUÇÃO?

JMSJ: Todo setor econômico é favorecido pela estabilidade macroeconômica em suas decisões de produção, de contratação de mão de obra e de investimentos. Certamente, juros e inflação baixos contribuem para a previsibilidade de custos da produção agropecuária, favorecendo investimentos em tecnologia e elevação de produção e produtividade com sustentabilidade ambiental.

Mais do que beneficiar o agro, as quedas da inflação e dos juros são conquistas da sociedade brasileira, alcançadas com a ajuda do expressivo desempenho do agronegócio. No ano passado, o Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária cresceu incríveis 13% e, não fosse a queda de 4,85% nos preços dos alimentos consumidos em domicílio, a inflação brasileira não teria sido a menor em quase vinte anos. No *front* externo, desde 2007, a balança comercial brasileira tem sido superavitária, mais uma vez graças ao excepcional desempenho do agronegócio.

PRECISAMOS DE CONTINUIDADE NAS REFORMAS PARA DAR COMPETITIVIDADE AO PAÍS?

JMSJ: As reformas estruturantes são essenciais. Em quarenta anos, a produção agrícola cresceu 408%, enquanto a área plantada cresceu muito menos, apenas 63%. Ou seja, o produtor rural tem feito a sua parte, provendo alimentos a preços estáveis não apenas aos brasileiros, mas ao mundo. Mas, fora da porteira, estes ganhos de produtividade e eficiência são perdidos nas estradas de má qualidade, nos elevados custos logísticos, tributários e cartoriais, na burocracia para produzir e exportar e na falta de políticas públicas que atendam o setor em sua dimensão e urgência. ■



Wenderson Araujo/Trilux

> “(...) O PRODUTOR RURAL TEM FEITO A SUA PARTE, PROVENDO ALIMENTOS A PREÇOS ESTÁVEIS NÃO APENAS AOS BRASILEIROS, MAS AO MUNDO.”

FRASES & COMENTÁRIOS

"Quando exportamos os nossos produtos, embarcamos as máquinas, os fertilizantes, os agroquímicos, as sementes, a biotecnologia e a pesquisa. Não na sua forma física, mas na sua forma de valor agregado."

ANTÔNIO DA LUZ, economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul)

"Estamos na expectativa de concluir as negociações entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE) e desenvolvemos contato com o Canadá, a Coreia do Sul e a Índia. Vamos conversar com os países da Associação Europeia de Livre Comércio e da Aliança do Pacífico para facilitar a nossa aproximação do Chile e do México."

ABRÃO ÁRABE NETO, secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

"Defendemos fortemente a abertura das negociações com a Coreia do Sul, o Japão e o México, que são mercados prioritários para o agronegócio, em especial para os setores de carnes, grãos, frutas e cereais."

GABRIELA COSER, assessora de Inteligência Comercial da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS)



"Estamos com a primeira versão realinhada pelos especialistas, com as propostas para as entidades fazerem as sugestões. É um estudo inédito sobre o agro brasileiro."

JOÃO MARTINS, presidente da CNA

"O documento será entregue aos candidatos à presidência da República com uma pauta de longo prazo, com olho em outros governos. São ofertas para o brasileiro e o Brasil serem os campeões mundiais em segurança alimentar."

ROBERTO RODRIGUES, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) e do estudo em questão

Sobre o estudo "Plano de Estado – Brasil 2030", a ser entregue aos presidenciáveis

"Está em análise a garantia de renda mínima ao produtor que contrata o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) tradicional. Hoje, apenas quem se enquadra no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) recebe esse benefício. A ideia é expandi-lo."

PEDRO LOYOLA, coordenador do Departamento Técnico-Econômico da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (DTE/FAEP) e vice-presidente da Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA

FOCO DA POLÍTICA MONETÁRIA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O AMBIENTE macroeconômico brasileiro registrou considerável deterioração ao longo das últimas semanas. As perspectivas relativas ao crescimento econômico pioraram significativamente, sendo que as projeções de mercado para 2018 caíram de cerca de 3,0%, no começo do ano, para pouco mais de 1,5%. A recente greve dos caminhoneiros apenas piorou o quadro da atividade econômica brasileira, e os seus efeitos concretos sobre o crescimento do ano ainda não são plenamente conhecidos.

Esse quadro apenas amplifica a onda de pessimismo que atualmente atravessa a economia brasileira. Desta forma, a esperada reação do consumo das famílias para este ano não veio da forma esperada, condicionando um comportamento da demanda agregada bem menos expansionista do que o projetado no começo do ano. O mesmo vale para os investimentos produtivos: a perspectiva de baixo crescimento e as incertezas quanto aos ambientes político e econômico levam a um quadro de desânimo de boa parte do empresariado brasileiro.



SHUTTERSTOCK

Com isso, os investimentos seguem relativamente contidos neste ano.

A somatória desse quadro de baixo crescimento reflete-se sobre o comportamento da inflação brasileira. Nos primeiros meses do ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou variações abaixo do esperado recorrentemente, levando o Banco Central (BACEN) a manter a flexibilização da política monetária. Com isso, a taxa básica de juros – Selic – tem se situado no mais baixo patamar ao longo dos últimos meses desde a implementação do Plano Real, em 1994.

Em uma decisão que surpreendeu o mercado, o BACEN optou pela manutenção da meta da taxa Selic em 6,50%. Isso decorreu de uma perspectiva de piora do cenário internacional, particularmente em relação ao cenário para a taxa de juros norte-americana e o preço do petróleo. Sob essa perspectiva, o aquecimento da economia dos EUA e o baixo desemprego têm condicionado um quadro de aumento dos juros pelo Fed (banco central dos EUA). Nas últimas semanas, ficou claro que o aperto a ser promovido pelo Fed será relativamente mais intenso do que o projetado há alguns meses. O efeito disso foi um claro reposicionamento dos capitais em escala global, atingindo mais duramente as economias emergentes. Não sem razão, as moedas dos países emergentes perderam valor frente ao dólar norte-americano ao longo das últimas semanas.

A moeda brasileira não ficou imune a esses eventos. De fato, o real registrou forte depreciação frente ao dólar, atingindo um patamar superior a R$ 3,80 em alguns momentos. O comportamento da moeda brasileira levou o BACEN a atuar no mercado futuro, vendendo *swaps* cambiais para acalmar o mercado. Mesmo com as atuações do BACEN, a cotação do dólar ainda permaneceu relativamente elevada quando comparada à de meses anteriores.

O *stress* verificado no mercado cambial levou o mercado a especular se o BACEN deveria inverter o sentido da política monetária e apertar os juros, como uma forma de conter a alta do dólar. No entanto, esse tipo de ação não faz o menor sentido no contexto do regime de metas para inflação em um cenário de atividade econômica lenta e inflação em baixa. Registre-se, ainda, que o Brasil possui um volume expressivo de reservas internacionais e que as contas externas não representam uma preocupação neste momento. Nesse sentido, uma eventual elevação da taxa Selic só faria sentido em um contexto de elevação da inflação que sinalizasse para uma trajetória de desvio em relação à meta estabelecida.

De qualquer forma, o comportamento recente do mercado financeiro serve como um alerta para questões mais complexas da economia brasileira. Em particular, o quadro fiscal mostra-se extremamente deteriorado e o déficit do INSS representa o maior desafio imediato em termos de ajuste das contas públicas brasileiras. Nesse sentido, mostra-se extremamente relevante a discussão de uma reforma da previdência já no início de 2019.

No entanto, o debate político entre os candidatos mais viáveis mostra-se pouco auspicioso, até o momento, quanto a levar adiante uma reforma da previdência já no ano que vem. Desta forma, o *stress* recente do mercado financeiro serve como um alerta desse desafio e dos riscos que a economia brasileira enfrentará mais adiante. ■

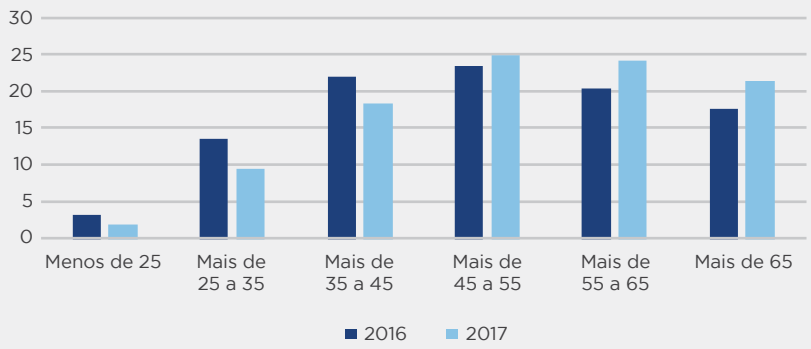
AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

MENOS GENTE NOVA NO CAMPO

O Censo Agro 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra queda na população jovem no trabalho do campo quando comparado ao Censo de 2006. Isso quebra uma ideia antiga sobre o trabalho no agro, de que ele passa de geração em geração com muito mais força. O registro de aumento no volume de recursos para aposentadorias e pensões também reforça essa tendência. Os avanços tecnológicos, ao levarem aprimoramentos e facilidades ao meio rural, podem minimizar esse processo.

BRASIL: TRABALHO NO CAMPO REPRESENTADO PELA PARTICIPAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA
(%)

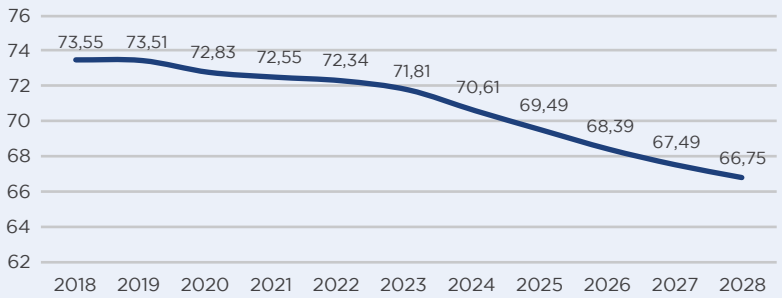


Fonte: IBGE

METAS DE EMISSÕES DA RENOVABIO

O governo federal aprovou as metas de redução da intensidade de carbono da matriz de combustíveis elaboradas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). De 2018 a 2028, as distribuidoras serão obrigadas a reduzir em 10,1% a quantidade de gases do efeito estufa emitida para cada megajoule de energia produzida. O cumprimento será obrigatório a partir de 2020.

METAS DE REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA
(GRAMAS DE CO_2 EQUIVALENTE POR MEGAJOULE)

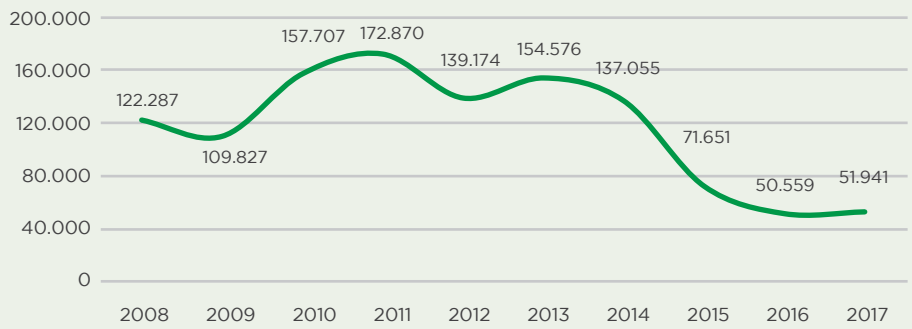


Fonte: MME

MERCADO NACIONAL DE CAMINHÕES

Nos últimos anos, incentivos diversos, como taxas de juros subsidiadas e preços baratos no diesel, acarretaram um aumento nas vendas de caminhões. Do total de transportadoras no Brasil, 53% são empresas, 46% autônomas e 1% cooperativas, segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT). O mercado informal estima o tamanho da frota nacional em 3,2 milhões de unidades, cerca de 10% acima da demanda existente, que enfraqueceu muito com a queda ocorrida no Produto Interno Bruto (PIB). Trata-se de um quadro difícil, porque o custo do frete sofre pressão do óleo diesel com o repasse da subida no preço do petróleo.

BRASIL: VENDA DE CAMINHÕES
(MIL UNIDADES)



Fonte: ANFAVEA

PRORROGAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

O Governo autorizou a prorrogação do prazo de adesão dos produtores ao CAR. A data final, prevista para 31 de maio de 2018, foi estendida para 31 de dezembro. De acordo com o Código Florestal (Lei nº 12.651/12), o CAR é obrigatório para todos os imóveis rurais. Muitos pequenos agricultores e pecuaristas, principalmente nas regiões onde os imóveis não foram cadastrados, ficariam impedidos de operar crédito rural e comercializar seus produtos.

"PLANO DE ESTADO – BRASIL 2030"

Em fase final de elaboração, o documento conta com o apoio das principais entidades do agro e a contribuição de especialistas das mais diversas áreas. O conteúdo trata das propostas do setor agropecuário para a próxima década a serem entregues aos presidenciáveis. As reuniões estão sendo realizadas no Conselho do Agro, na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília. A partir de seis eixos (fundamentos, mercado, inovação, sustentabilidade, governança e imagem), o trabalho aborda questões ligadas a segurança jurídica, competitividade internacional, infraestrutura e logística, inovação tecnológica, entre outras.

NOVA REGULAÇÃO SOBRE AGROTÓXICOS

Por 18 votos contra 9, a Comissão Especial que analisa as novas regras sobre os agrotóxicos aprovou a matéria. Para entrar em vigor, o texto deve passar pelo plenário da Câmara dos Deputados e seguir para a aprovação do Senado. Entre os parlamentares, há resistência em votar assuntos polêmicos em anos eleitorais. Isso dificulta o cumprimento de todas as etapas ainda em 2018.

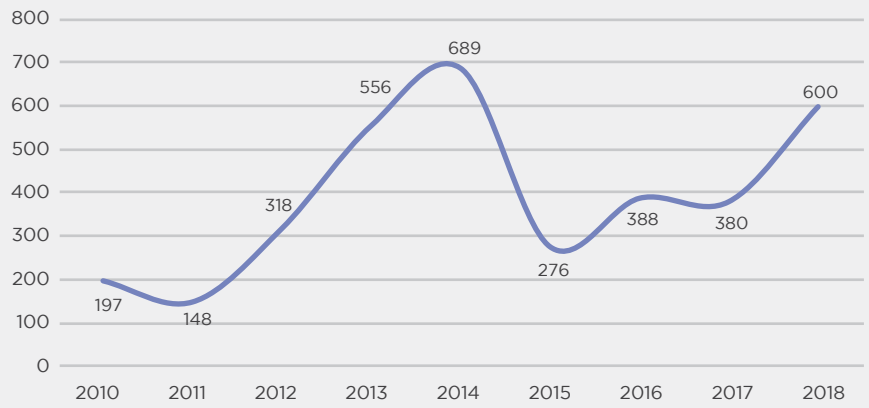
MERCADO DE VACINAS CONTRA A FEBRE AFTOSA

Para a pecuária brasileira, o reconhecimento do Brasil pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como país livre da febre aftosa constitui uma questão estratégica muito importante. Isso levará a uma abertura de novos mercados, com valorização da carne bovina no comércio internacional. A capacidade de produção da indústria, de 700 milhões de vacinas, deverá expandir-se em mais 40% no próximo ano. Também, a partir de maio de 2019, as vacinas terão 2 milímetros, e não mais 5 milímetros. Assim, o consumo atual, de 330 milhões de doses e faturamento de R$ 400 milhões, tende a um forte encolhimento.

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL (PSR)

O setor produtivo tem pleiteado o montante de R$ 1,2 bilhão para o PSR. O seguro rural contempla apenas 70 mil apólices e atinge 10% da área agrícola. No lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2018/2019, o Governo anunciou o encaminhamento da proposta orçamentária de R$ 600 milhões. É um crescimento de 57,9% em relação aos recursos disponibilizados no ano passado. Uma trajetória dos cortes e dos contingenciamentos aos recursos do PSR praticamente desmontou essa política estruturante para o setor agropecuário moderno.

BRASIL: RECURSOS PARA O PSR
(R$ MILHÕES)



Fonte: MAPA

PECUÁRIA DE CORTE

CONFINAMENTO COMEÇANDO A MELHORAR

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

ALEX LOPES
Zootecnista da Scot Consultoria

NO CURTO e no médio prazos (até agosto e setembro), a expectativa é de queda nos preços do milho no mercado interno, conforme avança a colheita da segunda safra. Ao mesmo tempo, a alta do milho verificada até maio e o cenário de pressão de baixa no mercado do boi gordo reduziram a quantidade de animais confinados no primeiro giro do confinamento deste ano. Essa menor oferta de animais confinados poderá puxar os preços da arroba do boi gordo para cima nos contratos com vencimentos entre outubro e novembro.

As cotações da arroba do boi gordo no segundo semestre poderão ficar acima do valor precificado no mercado futuro. Em 20 de junho, na B3 (antiga BM&F), os contratos futuros para outubro sinalizaram para uma arroba de R$ 150,40 para o estado de São Paulo. Para o pecuarista que ainda não se programou para o confinamento, o momento é favorável tanto para a compra de milho, como para a venda de boi gordo.

RESULTADO DA ATIVIDADE

A maior disponibilidade interna de milho, com o avanço da colheita da segunda safra, pressionou para baixo as cotações do cereal em junho. Durante a greve dos caminhoneiros, no final de maio, na região de Campinas-SP, a saca de 60 quilos chegou a ser negociada a R$ 45,00. Na segunda metade de junho, este valor caiu 13,3%, para R$ 39,00.

Em termos de custo da diária do confinamento, ou seja, nos itens da alimentação mais as despesas operacionais, considerando uma dieta com milho grão (48,0%), silagem de milho (42,0%), farelo de soja (7,5%), além de minerais, ureia, sanidade e outros (2,5%), o preço do milho significou uma queda na diária de R$ 10,32, em maio, para R$ 9,55, na segunda metade de junho. A queda no preço do grão foi o que pesou nesse recuo do custo da diária, já que os demais ingredientes tiveram pouca alteração nas cotações nos últimos meses.

SHUTTERSTOCK



Com relação ao boi gordo, a desova de boiadas de safra está praticamente finalizada. Como existem ofertas de compra acima da referência, os frigoríficos encontram dificuldades para compor as escalas de abate. Mas, existem regiões onde a oferta de boiadas está suficiente para atender a demanda, de modo a permitir uma pressão para baixo nos preços pelos compradores. À medida que avança a entressafra, a tendência dos preços é ganhar sustentação.

No mercado físico de Barretos-SP, em 20 de junho, a arroba do boi gordo estava cotada em R$ 138,00, à vista. Conforme mencionado no início deste artigo, na mesma data, os contratos futuros para outubro sinalizaram a cotação da arroba em R$ 150,40.

Com base nesses parâmetros e tomando como pressuposto a entrada dos animais no confinamento em julho e a saída em outubro, com ganho de peso médio diário de 1,5 quilo e rendimento de carcaça de 55%, o lucro por cabeça confinada está estimado em R$ 10,26.

Se a expectativa de queda no preço do milho no segundo semestre se concretizar, o custo da diária poderá ser ainda menor do que o valor utilizado na simulação (R$ 9,55). Por exemplo, se a cotação do cereal baixar para R$ 36,00 a saca em Campinas – que é o preço futuro na bolsa para agosto e setembro –, a estimativa da diária cai para R$ 9,12/cabeça. Somente com a alteração desse parâmetro, o resultado seria de um lucro de R$ 48,96/cabeça confinada no segundo giro. ■

ESTADO DE SÃO PAULO: ESTIMATIVA DO RESULTADO DE CONFINAMENTO DE BOVINOS EM 2018

Entrada no cocho	15/07/2018
Peso do boi magro	12 @
Peso do boi magro	360 kg
Preço do boi magro	R$ 1.860,00/cabeça
Preço do boi magro	R$ 155,00/@
Custo da diária	R$ 9,55
Ganho de peso vivo	1,5 kg
Tratamento no cocho	90 dias
Custo total (boi gordo + diárias)	R$ 2.719,50/cabeça
Peso de saída	R$ 495
Rendimento de carcaça	55%
Peso de carcaça	272,25 kg
Peso de carcaça	18,2 @
Ganho de carcaça	1,03 kg
Custo total	R$ 149,83/@
Ganhos no cocho	6,15 @
Custo da engorda	R$ 139,76/@
Saída do cocho (90 dias + 1 dia)	15/10/2018
Preço de venda (cotação na B3)	R$ 150,40/@
Receita (peso carcaça x preço @)	R$ 2.729,76/cabeça
Lucro	R$ 10,26/cabeça

Fonte: Scot Consultoria

BIOCOMBUSTÍVEIS

UM TRIBUTO REGULADOR PARA O MERCADO

PLINIO M. NASTARI

Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

A GREVE dos caminhoneiros expôs contradições e uma flagrante falta de compreensão sobre questões fundamentais que afetam o mercado de combustíveis. É fundamental que a Petrobras continue praticando uma política que alinhe os preços dos derivados de petróleo nas refinarias à referência do mercado internacional. Assim deve ser se acreditamos que o mercado é o sistema mais eficiente de alocação de recursos. A manutenção dessa política é essencial para que sejam atraídos investimentos, sem os quais corremos o risco de desabastecimento à medida que a economia voltar a crescer. Isso é necessário, também, para que seja implementado o projeto de alienação parcial do parque de refino, hoje praticamente todo controlado pela estatal, e que sejam atraídos investimentos adicionais paralisados há décadas. Não haverá quem invista na produção de combustíveis em geral com preços controlados abaixo da referência de mercado. O fato que a capacidade das refinarias está sendo temporariamente subutilizada em favor de importações reflete apenas uma condição conjuntural.

De outro lado, ficou evidente o anseio dos caminhoneiros por previsibilidade ou maior estabilidade de preços. A motivação da greve esteve centrada no recente repasse ao preço do diesel dos aumentos observados no preço do petróleo e de seus derivados no mercado externo, vitaminados pela desvalorização do real. A previsibilidade, nesse caso, é relevante para que a negociação de fretes não fique descasada do principal custo de operação, que é o combustível. O desconforto e a greve advieram da insegurança de não poder repassar ao frete os frequentes aumentos no preço do combustível. Nesse sentido, os grevistas contaram com o apoio de vários segmentos da população igualmente afetados por reajustes nos preços da gasolina e do gás liquefeito do petróleo (GLP).

A questão é, portanto, como conciliar essas necessidades e esses anseios contraditórios. No mar de confusão que se instaurou, assistimos à repetição do provérbio "onde falta pão, todo mundo grita, e ninguém tem razão". O fato de estarmos em ano de eleições majoritárias elevou a discussão alguns decibéis.

A solução desse imbróglio está à mão; só é preciso compreendê-la e administrá-la de forma correta. A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) – que é uma contribuição de intervenção sobre o domínio econômico aplicada aos combustíveis – foi concebida para ser um tributo compensatório, isto é, deveria servir como um amortecedor atenuando as variações de preço de derivados no mercado livre aos consumidores. A política de preços deveria focar na soma do preço de referência na refinaria e da CIDE. Infelizmente, desde que foi criada em 2001, a CIDE nunca foi administrada da forma para a qual foi concebida, para ser um tributo regulador de preços. No período inicial da sua aplicação, foi mantida com objetivo puramente arrecadatório e, durante o governo Dilma, foi administrada de forma populista, visando manter o preço ao consumidor artificialmente baixo por motivação eleitoreira. Desde então, a CIDE vem sendo mantida em nível muito baixo, de R$ 0,10 por litro de gasolina e R$ 0,05 por litro de diesel. E é por esse motivo que, nos dias iniciais da greve, quando se resolveu zerar a CIDE, descobriu-se que esta medida teria impacto muito pequeno no preço final. Daí a necessidade

de reduzir também o PIS/Cofins sobre o diesel para atender o anseio dos caminhoneiros.

Caso a CIDE tivesse sido administrada da maneira como foi concebida, quando o preço dos derivados caiu entre 2015 e 2018, teria absorvido parte da queda criando um colchão para atenuar o impacto dos aumentos recentes do petróleo e de derivados. Como não havia este colchão, houve o desgaste até que se reduzisse um conjunto maior de tributos.

Em vez de fazê-lo a fórceps, depois de uma extenuante greve com impactos sofridos pela população em vários níveis, a solução teria sido automática e sem traumatismos caso tivéssemos, como sociedade, administrado a CIDE como tributo compensatório e regulador de mercado.

Estabilidade de preço nas bombas e política fiscal reguladora de preços não são uma unanimidade internacional. Em vários países, consumidores ficam expostos às flutuações de preço do mercado, para mais ou para menos. A lição que se extrai da greve é que uma parcela grande dos caminhoneiros e da sociedade deseja maior estabilidade nos preços observados nas bombas. No entanto, esse objetivo tem que ser atingido sem sufocar a Petrobras e outros agentes do mercado com uma política populista e artificial de preço – sem que sejam comprometidos os fundamentais investimentos para que os combustíveis continuem disponíveis a esses mesmos consumidores e à sociedade. De outra forma, corremos o risco de que o desabastecimento seja gerado não por uma greve, mas por pura incapacidade do mercado de atender artificialismos de preço.

A solução momentânea foi garantir estabilidade de preços pelos próximos sessenta dias, com uma redução total de tributos que soma muito mais do que os atuais R$ 0,05 centavos por litro de diesel da CIDE. Para atender o anseio dos grevistas e da população que se solidarizou com os seus clamores, sem comprometer o abastecimento futuro, será necessária uma revisão de mais longo prazo na política fiscal aplicada aos combustíveis, com a compreensão de que a CIDE pode cumprir o papel regulador de mercado para o qual foi criada. Sem isso, estamos condenados à repetição de instabilidades causadas pelos preços de combustíveis. ■



SHUTTERSTOCK

LENTA RECUPERAÇÃO

ALIMENTAÇÃO FORA DE CASA DEVE CRESCER ATÉ 2022

CASSIANO FACCHINETTI
Diretor da Koelnmesse Brasil

'Delivery', pedidos para viagem e pedidos via aplicativos estão em alta no momento e também se beneficiarão da melhoria da economia nos próximos quatro anos, segundo dados da Euromonitor International, entidade parceira da ANUFOOD Brazil

EM 2017, o setor de *food service* – que inclui restaurantes, lanchonetes, bares, cafeterias, *self-service* e serviços voltados a *delivery* e pedidos para viagem – movimentou R$ 418 bilhões no Brasil, de acordo com dados da empresa de pesquisa de mercado Euromonitor International. Isso representa um crescimento real de 3%, marcado pela lenta recuperação da economia, que prejudicou o segmento, uma vez que muitos consumidores escolheram cortar gastos. Além disso, o aumento do desemprego resultou num número menor de consumidores com subsídios para almoçar fora de casa nos dias de semana, o que diminuiu o tráfego em restaurantes de *self-service*, por exemplo.

Por outro lado, *delivery*, pedidos para viagem e pedidos via aplicativos – considerados mais acessíveis por não envolverem serviços como estacionamento, taxas de serviço de garçom, gorjeta e *couvert* artístico – foram beneficiados, ainda de acordo com a Euromonitor International – instituto parceiro da ANUFOOD Brazil, evento a ser lançado em São Paulo, em 12 de março de 2019, nos moldes da Anuga alemã –, que antecipa uma recuperação até 2022, quando a indústria de *food service* deverá movimentar R$ 526 bilhões no Brasil.

Essa é uma oportunidade ímpar para os seguintes segmentos: *Agrifoods* (produtos frescos, *in natura*, matérias-primas); *Fine Foods* (azeites, especiarias, massas, molhos, condimentos, temperos e provisões gerais); *Meat* (carnes bovina, suína, ovina e caprina e embutidos); *Chilled & Fresh Foods* (produtos frescos para conveniência e pescados); *Dairy* (produtos derivados do leite); *Bread & Bakery* (pães e bolos industrializados); *Drinks & Hot Beverages* (bebidas em geral); *Sweets & Snacks* (chocolates, balas e derivados, confeitaria, biscoitos, salgadinhos, petiscos, sorvetes e lanches); *Food Service* (alimentos, bebidas e insumos tecnológicos/maquinários para alimentação fora de casa em todos os seus canais, como restaurantes, lanchonetes, serviços de *catering* e hotéis); e *Organics* (produtos orgânicos *in natura* de origem animal ou vegetal e produtos orgânicos processados) – todos presentes na feira e que atendem 100% da cadeia de alimentação no varejo.



© KOELNMESSE GMBH

A diferença de 2017 para 2022 será um saldo de R$ 108,0 bilhões a mais no bolso dos brasileiros para gastos com alimentação fora de casa, o que, mais do que manter, elevou as perspectivas positivas para o setor considerando dados desde 2012, quando a movimentação total foi de R$ 283,6 bilhões. Desta forma, a ANUFOOD abrirá novas frentes de expansão dos mercados nacional e internacional de toda a cadeia de produção e distribuição de alimentos e bebidas no País.

Oferecerá, ainda, a chance de os expositores e visitantes participarem de discussões estratégicas por meio de exposições, palestras, congressos, compartilhamento de experiências, lançamentos, tendências de consumo, segurança alimentar e melhores práticas. Distribuidores, atacadistas, supermercadistas, restaurantes, bares, hotéis, entre outros profissionais atuantes no setor, poderão escolher seus fornecedores e atualizar seus planos de negócio com base no que presenciarem no lançamento da feira.

O evento será realizado pela Koelnmesse Brasil em parceria com a FGV Projetos, com apoio das principais associações de classe dos segmentos contemplados, como o Instituto Foodservice Brasil (IFB), a Associação Nacional de Restaurantes (ANR), a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), a Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (ABIMAPI), a Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (ABIR), a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) e a Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (ABICAB), que chancelam a solidez da iniciativa como fonte confiável de negócios. ■



© KOELNMESSE GMBH

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2018/2019

VOLUME DE CRÉDITO PRÓXIMO DA INFLAÇÃO

DA REDAÇÃO

O PLANO Agrícola e Pecuário (PAP) 2018/2019, acessível de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019, prevê a aplicação de R$ 194,37 bilhões para financiar e apoiar a comercialização da produção agropecuária brasileira. É o segundo PAP dentro do contexto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 95/16, do Teto dos Gastos.

Nesse volume, estão incluídas as verbas tradicionais para custeio, investimento e comercialização, de R$ 191,3 bilhões, mais R$ 2,4 bilhões para o apoio à comercialização (Aquisição do Governo Federal, contratos de opções, Prêmio para Escoamento do Produto, Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural) e R$ 600 milhões para subvenção ao seguro rural.

A necessidade de financiamento do agro é da ordem de R$ 390 bilhões. Cerca de metade da produção não depende mais do crédito oficial. Além do autofinanciamento do ciclo pelos próprios produtores, outros agentes dispõem-se a bancar o financiamento. Para o Governo, a colheita ruma para 250 milhões de toneladas na safra 2018/19.

As fontes de recursos do financiamento são a chamada exigibilidade (calculada sobre os depósitos à vista), a caderneta de poupança rural e os fundos constitucionais. A limitação ao crescimento dos gastos governamentais exige uma otimização dos recursos nas políticas públicas.

Parte dos recursos captados no mercado de capitais, como as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), será destinada ao financiamento complementar de custeio e de comercialização, com juros de até 8,5% a.a.

DESTAQUES SOBRE AS LINHAS DE CRÉDITO

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)

Para o setor cafeeiro, serão destinados R$ 4,9 bilhões para financiamentos de custeio e de comercialização.

Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp)

O limite de renda para o enquadramento dos produtores rurais no Pronamp passou de R$ 1,76 milhão, na safra anterior, para R$ 2,00 milhões. Para se beneficiar das condições do Programa, foi

EVOLUÇÃO DO PAP
(R$ BILHÕES)

ITEM	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
1. Custeio	**147,5**	**150,0**	**150,3**	**151,1**
juros controlados	94,5	115,8	116,3	118,8
juros livres	53,0	34,2	34,0	32,3
2. Investimentos	**40,2**	**34,1**	**38,2**	**40,0**
juros controlados	33,0	34,1	38,2	40,0
juros livres	7,2	–	–	–
TOTAL (1 + 2)	**187,7**	**184,0**	**188,4**	**191,3**

Fonte: MAPA

LINHAS DE FINANCIAMENTO, RECURSOS PROGRAMADOS E TAXA DE JUROS

PROGRAMA	Recursos disponibilizados (R$ bilhões)		Taxa de juros (%)	
	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
ABC	2,130	2,000	7,50	6,00/5,25
Inovagro	1,260	1,150	6,50	6,00
Moderagro	0,640	0,850	8,50	7,00
Moderfrota	9,200	8,900	7,50/10,50	7,50/9,50
Moderinfra	0,600	0,800	7,50	7,00
PCA	1,600	2,150	6,50	6,00/5,20
Procap-agro	2,200	2,500	TJLP + 3,70	TJLP + 3,70
Prodecoop	1,000	1,000	8,50	7,00
Prodecoop Aquisição de Ativos	0,700	–	TJLP + 3,70	–
Pronamp REPEC – Renova	3,710	1,530	7,50	6,00
Pecuária		2,500	–	6,00
SUBTOTAL	**23,040**	**23,380**	**–**	**–**
Fundos Constitucionais	5,884	6,329	Por porte	–
Bancos cooperativos (Bancoob e Sicredi)	0,600	0,230	8,50	–
Prorenova	1,500	1,500	TJLP + 3,70	TJLP + 3,70
BNDES Agro	2,000	2,500	TJLP + 3,70	TJLP + 3,70
Recursos livres/demais	5,125	5,125	De mercado	–
BB Investe Agro	–	1,000	–	–
SUBTOTAL	**15,109**	**16,684**	**–**	**–**
TOTAL	**38,149**	**40,064**	**–**	**–**

Fonte: MAPA

revogada a exigência de no mínimo 80% da renda serem oriundos de atividades agropecuárias.

Custeio agrícola e pecuário

- Pronamp terá limite de R$ 15 milhões para o financiamento do custeio, ao custo de 6% a.a.;
- Demais programas terão R$ 3 milhões de limite, com taxa de 7% a.a.

Limite de custeio para as atividades integradas

- **Agroindústrias:** R$ 200 mil para cada atividade (avicultura, suinocultura e piscicultura);
- **Cooperativas:** R$ 500 mil para todas as atividades (avicultura, suinocultura e piscicultura).

Apoio às cooperativas de produção agropecuária

- R$ 1 milhão por cooperado na aquisição de insumos;
- R$ 50 milhões para capital de giro às cooperativas de leite;
- R$ 400 milhões como limite único para a industrialização.

Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA)

- Estão programados R$ 2,150 bilhões, sendo R$ 700 milhões para armazéns de até 6.000 toneladas;
- Financiamento de 100% do projeto para grãos e limite de R$ 25 milhões para demais produtos.

Programa Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC)

- Financia práticas e tecnologias agropecuárias sustentáveis, como os sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e a

recuperação das áreas de Reserva Legal (RL) e das Áreas de Preservação Permanente (APPs);

- Tem limite de financiamento de R$ 5 milhões.

Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro)

- Tem limite de financiamento de R$ 1,3 milhão.

Apoio à pecuária

- Retenção de matrizes bovinas de leite, suínas, ovinas e caprinas: prazo de dois anos;
- Aquisição de animais para reprodução ou cria;
- Aquisição de matrizes e reprodutores com registro genealógico (Inovagro): limite de R$ 650 mil;
- Aquisição de matrizes e reprodutores ovinos, caprinos e bovinos de leite (Moderagro): limite de R$ 400 mil.

Também foi aprovada uma linha de financiamento para capital de giro às cooperativas de leite, enquanto os pecuaristas podem contar com empréstimos para adquirirem animais de reprodução ou criação.

Apesar de ter tido um incremento de 50% em relação ao da safra passada, o valor destinado pelo Governo ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), de R$ 600 milhões, corresponde à metade do pleiteado pelo setor produtivo. No agro moderno, esse instrumento ganha importância como política para a garantia da renda mínima. O seguro atual contempla apenas 70 mil apólices e atinge 10% da área agrícola – uma quantidade modesta. ■

CRÉDITO AGRÍCOLA PARA A SAFRA 2018/19: TAXA DE JUROS REAL MENOR, MAS POSITIVA

Embora o Governo tenha anunciado uma redução, na média, de 1,5% na taxa de juros para a maior parte das linhas de crédito do Plano Safra 2018/2019 (passando de 8,5% a.a., na safra anterior, para 7,0% a.a., na safra atual), os produtores vão deparar-se com uma taxa de juros real – isto é, já descontada da inflação ao longo da safra – positiva.

Muitos produtores rurais ainda podem considerar essa redução muito modesta, pois não se acostumaram com taxas reais positivas. Isso porque a alta taxa de inflação no passado mascarava a taxa de juros real do crédito agrícola.

COMPARAÇÃO DA TAXA DE JUROS REAL DO CRÉDITO AGRÍCOLA

PLANO SAFRA	Taxa de juros oficial	Inflação acumulada ao longo da safra (IPCA)*	Taxa de juros real
2016/2017	9,5%	3,0%	6,5%
2017/2018	8,5%	3,8%	4,7%
2018/2019	7,0%	4,1%	2,9%

* Projeções pela pesquisa Focus, do Banco Central (BACEN)
Fonte: BACEN; IBGE; MAPA

Por trás dessa redução na taxa de juros real do crédito oficial da safra atual, há dois fatores:

- conforme já mencionado, a redução da taxa de juros oficial nominal; e
- uma inflação mais acelerada ao longo da safra atual (4,1% no acumulado entre julho de 2018 e junho de 2019) do que ao longo da safra passada (3,8%).

É importante destacar que os preços dos produtos do agronegócio são determinados pelos fundamentos de cada um dos mercados agrícolas, ou seja, sem relação direta com os índices oficiais de inflação.

A INDÚSTRIA E A SEGURANÇA ALIMENTAR

DO COMBATE AO DESPERDÍCIO À NOVA ROTULAGEM NUTRICIONAL

DAG MENDONÇA LIMA
Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentos da Universidade Estadual de Campinas (NEPA/Unicamp)

MARCELO CRISTIANINI
Professor livre-docente na Unicamp e coordenador do NEPA

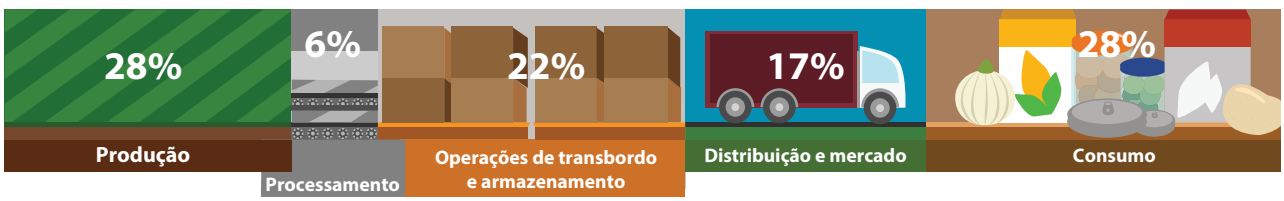
A POPULAÇÃO mundial deve atingir 9,8 bilhões de pessoas em 2050. Para alimentar tanta gente, a produção atual de alimentos terá de crescer de 60% a 70%. Hoje, a fome atinge 10% da humanidade. Só na América Latina e no Caribe, 815 milhões de pessoas encontravam-se em estado de subnutrição em 2016.

Perdas e desperdícios consomem 30% dos alimentos produzidos no Planeta. Uma redução de 50% no desperdício ao longo da cadeia resolveria 25% do problema de oferta previsto para 2050. No Brasil e em todo o mundo, a indústria de alimentos tem um papel fundamental para garantir e ampliar a segurança alimentar da população e para atender as exigências crescentes dos consumidores em relação à alimentação e à saúde.

Ao longo da cadeia produtiva, as etapas responsáveis pelas maiores perdas são as da produção e do consumo. É na etapa do processamento que os menores níveis de perdas são observados.

Isso se deve ao investimento da indústria em novas tecnologias e processos e à gestão da qualidade. Além de reduzir perdas, a industrialização garante o fornecimento de produtos seguros e com uma vida de prateleira que permite que os alimentos cheguem em bom estado às regiões mais distantes. Segundo a Organização das Nações Unidas

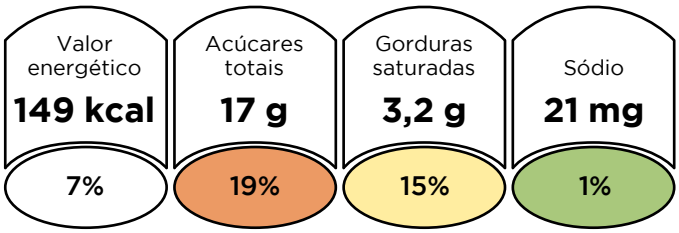
CALORIAS PERDIDAS OU DESPERDIÇADAS DURANTE A CADEIA DE SUPRIMENTOS



Fonte: FAO (2016)

EXEMPLO GENÉRICO DE UM RÓTULO FRONTAL DO TIPO SEMÁFORO

Uma porção de 30 g (3 biscoitos) fornece:



Esta embalagem contém aproximadamente 6 porções.
% Valores diários de referência com base em uma dieta de 2.000 kJ.

Fonte: Rede de Rotulagem

para a Alimentação e Agricultura (FAO, 1976), a segurança alimentar existe quando todos têm acesso a alimentos suficientes para satisfazer suas necessidades para uma vida saudável e ativa.

No Brasil, a fome e o desperdício também são grandes desafios. A previsão é que a produção de grãos no País chegue a 300 milhões de toneladas em 2024. No entanto, a fome ainda afeta 14 milhões de pessoas. Da produção ao consumo, são desperdiçados 22 bilhões de calorias, o que seria suficiente para satisfazer as necessidades nutricionais de 11 milhões de brasileiros.

Hoje, pelo menos 95% dos lares brasileiros têm acesso a alimentos industrializados. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), as 35 mil indústrias alimentícias do País são responsáveis por 10% do Produto Interno Bruto (PIB), gerando 1,6 milhão de empregos e um faturamento de R$ 600 bilhões. Estas indústrias processam 58% da produção agropecuária do País e representam 51% das exportações do agronegócio e 18% das exportações totais do Brasil.

Nas últimas décadas, a questão alimentar ganhou um novo enfoque, com maior demanda pela qualidade. A busca por uma alimentação mais saudável modificou as atitudes e as exigências dos consumidores em relação à composição dos produtos e à forma como são processados, gerando várias oportunidades para inovações. O consumidor passou a demandar, também, mais informações sobre os alimentos.

É nesse contexto que o Brasil discute a adoção de um novo modelo de rotulagem nutricional nas embalagens. A rotulagem nutricional tem a função de fornecer ao consumidor informações a respeito da composição e das características dos alimentos, de forma a orientar suas opções no momento da compra e contribuir para a adoção consciente de hábitos mais saudáveis.

A indústria brasileira está comprometida com a oferta de informações de qualidade para que os consumidores possam tomar suas decisões. O setor defende a adoção de um modelo de rotulagem nutricional frontal que traga mais informações e clareza, utilizando a referência das cores do semáforo e a indicação de porções e medidas caseiras para orientar o consumidor (Figura).

O modelo de semáforo nutricional indica as quantidades de açúcares, gorduras saturadas e sódio presentes em cada alimento e permite ao consumidor identificar a opção mais apropriada para as suas necessidades individuais. Estamos convencidos de que este modelo traduz o empenho da indústria de contribuir para que a população brasileira adote uma dieta equilibrada, diversificada e inclusiva. ■

LOGÍSTICA DE TRANSPORTE NO BRASIL

DESAFIOS NOS FERTILIZANTES

THIAGO GUILHERME PÉRA
Coordenador técnico do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial (ESALQ-LOG)

JOSÉ VICENTE CAIXETA FILHO
Professor titular da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) e coordenador do ESALQ-LOG

O BRASIL é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo, atrás apenas da China, da Índia e dos EUA, com um consumo na ordem de 34 milhões de toneladas em 2016. Com alta dependência internacional, cerca de 72% do consumo doméstico foram importados.

Esse retrato enfatiza a importância da gestão logística de fretes de retorno para abastecer de fertilizantes as misturadoras e as indústrias no interior do País. Um bom planejamento da logística de fertilizantes envolve reduzir custos para entregar um produto mais competitivo ao agricultor.

O frete de retorno (ou *back-hauling*, em inglês) consiste em uma operação logística na qual o veículo retorna com uma carga secundária que é compatível com o equipamento de transporte, ou seja, ele não retorna vazio.

No agronegócio nacional, uma conjugação bastante comum envolve como fluxo principal a exportação de grãos (via portos) e, na sequência, os fretes de retorno com fertilizantes. Normalmente, a maior quantidade exportada de grãos pelo modal rodoviário aumenta a oferta de veículos para a movimentação de fertilizantes, com tendência de menor preço no retorno.

Algumas características na logística de retorno devem ser analisadas. O fato de, na importação de fertilizantes pelos portos, predominar o modal rodoviário é uma delas. Em 2016, o País movimentou 4,3 milhões de toneladas de fertilizantes por ferrovias (12,76% do total consumido internamente) e apenas 210,2 mil toneladas por hidrovias.

Por sua vez, os seis maiores portos exportadores de grãos também são os grandes importadores de

DESAFIOS NA UTILIZAÇÃO DOS FERTILIZANTES COMO FRETES DE RETORNO

- Sincronização entre as operações logísticas nos portos;
- Maior tempo do ciclo do transporte estimula o motorista a retornar vazio para a fonte;
- Tempo gasto na procura de cargas de retorno pelos motoristas;
- Necessidade de limpeza dos equipamentos após o transporte de fertilizantes.


SHUTTERSTOCK

fertilizantes (Paranaguá, Rio Grande, Santos, São Francisco do Sul, Vitória e São Luís). Somente Santos e Paranaguá foram responsáveis pela metade das importações de fertilizantes e das exportações de grãos do País. Via de regra, os mesmos tipos de equipamentos são utilizados no transporte dos grãos e dos fertilizantes sólidos a granel.

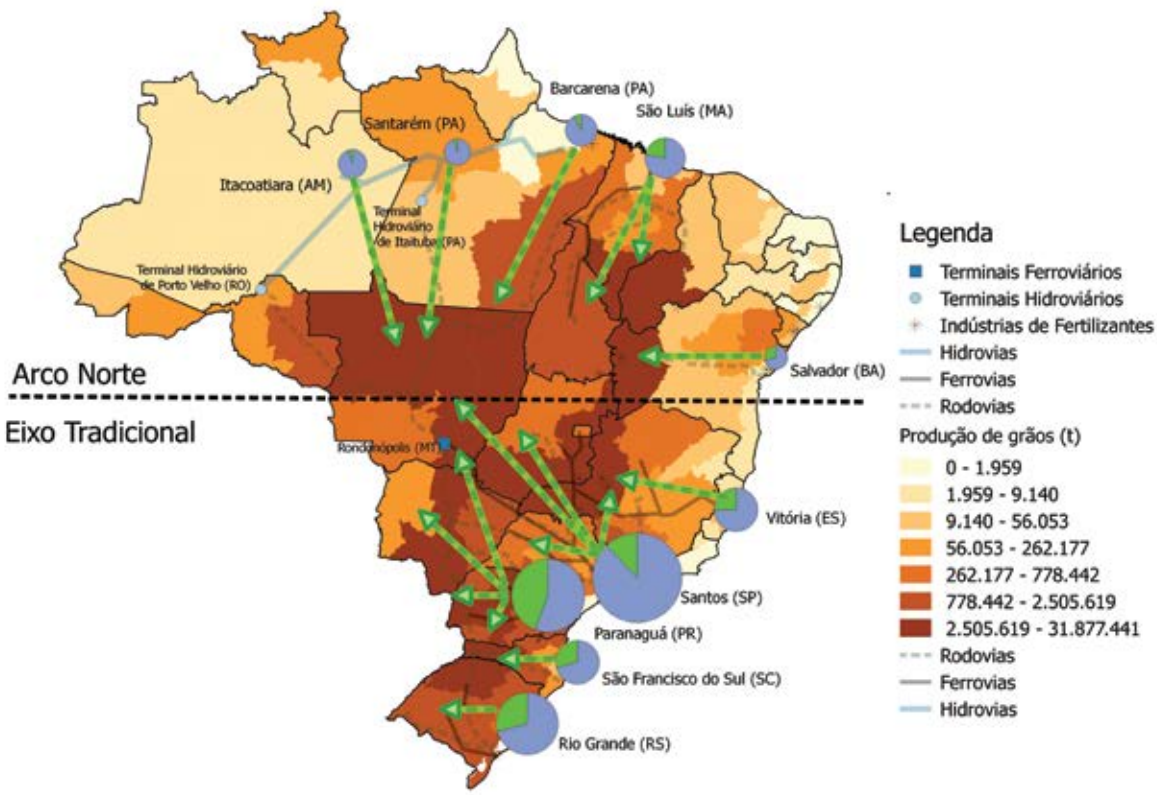
A aplicação do conceito de logística colaborativa, com cooperação entre os diversos agentes da cadeia, como carregadores e transportadoras de grãos e fertilizantes, exige um planejamento integrado de movimentação de cargas, para aumentar a fluidez, a produtividade e a rentabilidade de todos os *player*s envolvidos.

Nas janelas de maior exportação de grãos, a utilização de estoques como estratégia para a redução de custos logísticos por meio da importação de fertilizantes representa uma alternativa para a redução dos custos de transporte.

Para melhorar o planejamento dos preços de frete, o conhecimento dos condutores e dos transportadores interessados no mercado de fretes de fertilizantes e de outros produtos, como grãos, é importante. Como envolve planejamento de importação, viabilidade de estoques e negociação futura de troca, a utilização de modelos para a precificação de frete auxilia na tomada de decisões.

O chamado Arco Norte no Brasil representa um novo corredor de exportação de grãos, com demanda crescente por fretes de retorno, principalmente no modal hidroviário. Isso contribui para reduzir os gargalos logísticos dos portos tradicionais, como, por exemplo, Santos e Paranaguá. Como estão mais próximos da Ásia e da América do Norte, os portos da região Norte proporcionam menores custos logísticos marítimos e redução no tempo de viagem. ■

BRASIL: PRINCIPAIS FLUXOS DE IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES



Nota: a área da circunferência mostra a quantidade total de grãos (azul) e de fertilizantes (verde) movimentada nos portos
Fonte: elaboração pelos autores



OBSERVATÓRIO
DA CRIMINALIDADE NO CAMPO

DENUNCIE O CRIME NO CAMPO

VAMOS MOSTRAR ÀS AUTORIDADES O QUE ESTÁ ACONTECENDO NO MEIO RURAL

ENVIE FOTO, ÁUDIO OU VÍDEO PARA

(61) 99834 7773

A DENÚNCIA É ANÔNIMA

SENAR · CNA Brasil · Instituto CNA

CNA forte. Produtor forte



FÓRUM INOVAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA

ABERTURA

MÁRIO VON ZUBEN
DIRETOR EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL (ANDEF)

Chegamos à segunda edição do Fórum Inovação. O evento abordou os gargalos no processo de aprovação e liberação do registro de novos defensivos agrícolas para os produtores brasileiros.

A indústria de inovação em defensivos agrícolas tem plena consciência do seu papel e das suas contribuições passada e futura para dar continuidade ao aumento de produtividade da agricultura brasileira de forma sustentável.

O CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E PLANTAS DANINHAS NA AGRICULTURA BRASILEIRA

EDIVALDO DOMINGUES VELINI
PROFESSOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP), *CAMPUS* DE BOTUCATU

Temos grandes desafios na gestão e na comunicação entre o Governo e o agro. Isso vale, também, para a indústria de defensivos. Na gestão, precisamos alcançar os objetivos almejados, para sermos eficazes. Podemos ser eficientes e eficazes, mas não sermos efetivos. Na comunicação, temos o processo bilateral de levar informações e trazer demandas legítimas.

O progresso está atrelado ao desenvolvimento de inovações. O seu principal vetor está na sustentabilidade, cujo atributo maior é a qualidade. Por isso, não podemos separar qualidade, sustentabilidade e inovação.

As inovações radicais ou disruptivas possuem alcance mundial. Não conseguimos encontrar nenhuma delas feita no Brasil nem no hemisfério Sul como um todo. Essas inovações passam pela biotecnologia e pela nanotecnologia. Na fronteira tecnológica da indústria química, os materiais

são trabalhados na dose de gramas, e não mais em quilogramas. Infelizmente, ainda não praticamos essa ciência.

No investimento mundial de pesquisa, na ponta estão: Estados Unidos (28%), China (18%), Japão (9%) e Alemanha (7%). Na parte intermediária, estão: Coreia (3,0%), França (2,6%), Reino Unido (2,5%), Brasil (2,2%), Rússia (2,0%) e Canadá (1,9%). Na quantidade de pesquisadores, o destaque de novo fica com Estados Unidos, China, Japão e, também, Rússia. Se tivermos esperteza e inteligência, devemos tentar apropriar-nos dessas inovações.

O Brasil aumenta o número de pesquisadores, predominantemente na área pública, mas com 26% na área privada, enquanto, nos países geradores de tecnologia, são 80%. O número de profissionais na pesquisa em Ciências Agrárias pode ser considerado baixo, em torno de 20 mil.

A situação agrícola é diferente, com 238 mil profissionais no campo, ligados a empresas e cooperativas. Em qualquer município, contratamos o trabalho de fertilização programada de sexagem. Podemos melhorar muito os rebanhos com uma tecnologia incremental.

Precisamos das inovações radicais e incrementais. A sabedoria é organizar as duas. Acompanhamos a aprovação das culturas tolerantes a glifosato de cana. Há um surto de palestras e pesquisas para tropicalizar as informações destes produtos. Conseguimos resultados melhores do que os realizados fora do Brasil, como 46% de renovável na matriz energética e 94% de recolhimento de embalagens nos defensivos.

Não podemos trabalhar com periculosidade, mas com análise de risco; tornar as moléculas mais seguras com as informações geradas e divulgadas em termos de Brasil. Não se trata de um projeto para o futuro, mas para agora. Tralhamos em pesquisa com "n" tecnologias.

O modelo de previsão de tempo permite ao agricultor saber se plantará ou colherá, com a dimensão das operações. Para melhorar a conservação e reduzir o tempo de preparo do solo, o plantio direto precisa de herbicidas eficazes. Tudo isso é



GERARDO LAZZARI

ganho de tempo para fazermos duas safras por ano, sem erosão.

A tecnologia disruptiva criou condições para as inovações incrementais construírem sistemas de produção mais eficazes e seguros. A maior taxa de adoção de plantio direto ocorre com a redução do preço do herbicida glifosato, de US$ 30 para US$ 3.

Sobre inovações em comunicação e *marketing*, tem-se o equívoco de o Brasil ser o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Quando normalizamos os dados por área e produção, numa relação de vinte países, passamos a ser, respectivamente, o sétimo e o décimo terceiro.

Análise de riscos é diferente de percepção de riscos. Os acidentes de carro matam um grande número de pessoas no Brasil, mas as pessoas possuem medo de andar de avião.

Nossas demandas mais urgentes são inovações organizacionais, leis e normas. No Brasil, as normas regulam a atuação do Estado tributador, realizador e regulador.

Estamos com 36 produtos no aguardo de registro, dos quais 28 já estão registrados em outros países. Na Avaliação Externa de Qualidade (AEQ) para cinco deles, 35% mostraram-se mais seguros em comparação aos produtos de que dispomos.

Precisamos trabalhar com harmonização e modificação das leis sem medo. Temos condições de fazer trabalhos mais eficientes, eficazes e efetivos em relação ao passado.

DEFENSIVO: UMA VISÃO SOBRE A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E OS IMPACTOS NA ECONOMIA

ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS
SÓCIO DA MB ASSOCIADOS

Uma marca do século passado foram a revolução na produção e a queda nos preços da agricultura. Tivemos o impacto da Química, com o adubo na fertilização e o defensivo na proteção de plantas. As leis de Mendel trouxeram a Genética. O resultado veio com os ganhos de produtividade.

Quando parecia não haver mais problema na produção de alimentos, em 2007 veio um aumento nos seus preços. O maior poder aquisitivo da população asiática puxou esse movimento. Em 2000, o Brasil exportava 2 milhões de toneladas de soja para a China. Hoje, são 73 milhões. A dieta de proteína animal pressiona a produção de grãos. Na demanda de combustíveis por energia limpa, a agricultura foi chamada a contribuir com a matriz energética em vários lugares do mundo.

Estamos com uma década de choque nos preços de alimentos, com enorme incorporação de tecnologia aos sistemas produtivos. O Brasil ocupa posição estratégica no abastecimento alimentar do mundo, com um marco regulatório manco para o tamanho dos seus desafios.

As maiores agriculturas do mundo (Estados Unidos, Rússia, Brasil, China e Índia) possuem três atributos: área superior a 30 milhões de hectares, população com mais de 80 milhões de pessoas e Produto Interno Bruto (PIB) superior a US$ 1 trilhão.

A produção pode crescer pela incorporação ou por ganhos de produtividade nos fatores de produção. Na agricultura brasileira, predominou o segundo aspecto. Aqui reside a conexão entre o arranjo institucional e o progresso tecnológico.

Enquanto as pragas e as doenças nas culturas aumentam e exigem solução, há morosidade na aprovação das diferentes tecnologias. Existem 36 moléculas para serem aprovadas, das quais 28 já são usadas em outros países. Enquanto estes demoram dois anos para aprovar as moléculas, no Brasil o processo leva oito anos.

A teoria da Matriz Insumo-Produto (MIP), desenvolvida pelo economista russo Wassily Leontief, permite a identificação da interdependência das atividades produtivas no que concerne aos insumos utilizados e aos produtos decorrentes do processo de produção. Usamos o modelo MIP para fazer simulações no caso das novas moléculas dos



GERARDO LAZZARI

defensivos agrícolas, que protegem e oferecem ganhos de produtividade para a planta.

Quando consideramos o potencial maior de produtividade para algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, milho e soja, da ordem de 5% a 10%, as perdas para a economia nacional variam de R$ 12 bilhões a R$ 25 bilhões, sendo que o Governo deixa de arrecadar de R$ 5 bilhões a R$ 10 bilhões, sem gerar de 760 mil a 1,5 milhão de postos de trabalho.

PAPEL DO PODER LEGISLATIVO NA COMPETITIVIDADE DA AGRICULTURA

TEREZA CRISTINA

DEPUTADA FEDERAL (DEM/MS) E PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA)

Fazemos parte da FPA no Congresso Nacional, com mais de 200 deputados e 41 senadores. Realizamos uma reunião toda terça-feira para conversar sobre as pautas dos assuntos de interesse da agropecuária brasileira que precisam ser debatidos.

Precisamos reagir. O País, o Senado e a Câmara ficaram urbanos. Não podemos mais ser silenciosos quanto aos absurdos que imputam ao agronegócio brasileiro. Colocamos tecnologia e inovação, com utilização de 8,0% a 9,0% do nosso território. A área restante é preservada pela legislação ambiental.

Para crescermos em produtividade, precisamos modernizar. Não podemos esperar oito anos para aprovar uma nova molécula. Vemos o uso de produtos importados de países vizinhos, inseguros e sem garantia de qualidade, para continuar na produção com eficiência.

A modernização da lei dos defensivos precisa ser feita com urgência. A lei não é para a direita ou a esquerda; é para todos. As normas devem estar adequadas à realidade da agropecuária nacional.

Ao poder Legislativo cabe o papel de dar para o mercado e o setor produtivo previsibilidade do uso das tecnologias modernas. Não cabem brechas para interpretações. Uma lei frouxa atrapalha toda a competitividade do setor. A segurança jurídica é o principal ponto. Toda hora, a lei muda ou não é clara.

Muitas vezes, quando não resolvemos os problemas no Congresso, o próprio Legislativo judicializa. Se as discussões não avançam, deixamos a decisão para o Supremo Tribunal da Justiça (STJ), mesmo quando a dúvida não é sobre constitucionalidade.

Os produtores querem menor custo de produção, acesso à inovação e alternativas para mitigar a resistência de pragas e doenças. Precisamos ouvir os vários atores – produtores, ministérios afins e indústria – para formarmos opinião com os grupos técnicos e fazermos uma legislação aplicável.

Na burocracia, defrontamo-nos com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Na Austrália, achamos um processo administrativo mais eficiente, o menos burocrático. O seu Ministério da Agricultura disponibilizou o programa para o governo brasileiro. Depois de entrado no Ministério da Agricultura, o pedido de registro vai para a Saúde e o Meio Ambiente. Todos trabalham em conjunto, com prazo médio de liberação de dois anos.

Temos a guerra da comunicação. O nome será defensivo fitossanitário. Os discordantes argumentam que muita gente não saberá. Na maior parte do mundo, o nome é pesticida. Vamos chamar assim.

Precisamos fazer a reforma do Estado brasileiro. Há muita gente revoltada com a política, os acontecimentos e o País. Entendemos isso como um copo d'agua cheio. Qualquer gota ruim transborda. Essa situação muda-se com o voto. O regime democrático ainda é o melhor no mundo.

GERARDO LAZZARI



DEBATE

WILLIAM WAACK
MEDIADOR DOS DEBATES

Há uma linha comum entre os palestrantes: a incapacidade da sociedade brasileira de reconhecer e enfrentar os desafios por meio dos seus representantes legais. Devemos começar a corrigir isso pela política?

ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS

Falamos de tecnologia. Tivemos uma crise no modelo de inspeção sanitária brasileiro devido à falta de recursos. O agronegócio possui um diagnóstico dos entraves existentes, mas as mudanças passam pela política.

FABRÍCIO ROSA
DIRETOR EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SOJA (APROSOJA BRASIL)

Percebemos que a solução vinha da política. As nossas lideranças organizaram-se para isso. Criamos uma estrutura de governança não só de produtores, mas com as outras entidades da indústria e do transporte e a FPA. Esse movimento de modernização aconteceu no Código Florestal, na reforma trabalhista e, agora, nos defensivos agrícolas.

EDUARDO LEDUC
VICE-PRESIDENTE SÊNIOR DA UNIDADE DE PROTEÇÃO DE CULTIVOS PARA A AMÉRICA LATINA E PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL (ANDEF)

Qualidade, inovação e sustentabilidade viram sinônimos. Ninguém produzirá com menos recurso sem isso. Para investir no desenvolvimento de um produto menos impactante, precisamos de previsibilidade – uma segurança jurídica com as regras do jogo.

WILLIAM WAACK

Se a indústria apoia a FPA, fica faltando algo?

TEREZA CRISTINA

Aí é que eu digo a você: está faltando o entendimento. No Congresso Nacional, temos representantes de todos os segmentos. A maioria é mais ligada às atividades urbanas. Acham sempre um senão no agronegócio. Demoramos nove anos para aprovar o Código Florestal. Depois de cinco anos, o Ministério Público entrou na justiça com justificativa de inconstitucionalidade. O STF demorou dois anos para julgar, enquanto a insegurança jurídica campeava no agronegócio brasileiro. Falta para a sociedade a percepção da importância do setor.

ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS

As falsas dicotomias dificultam o entendimento dos problemas. Temos o embate entre a agricultura e o meio ambiente, a produção orgânica e a convencional. Essa é uma barreira muito grande para avançar.

WILLIAM WAACK

A atividade regulatória é o grande problema?

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

Será benéfico o Brasil desenvolver uma convergência entre o científico e o regulatório. Não devemos criar um procedimento incompatível com os mercados compradores. Colocar as inovações à disposição do setor produtivo e da sociedade é fundamental para uma nação. Se os nossos meios de produção fossem explorados de modo mais efetivo, poderíamos dobrar o PIB. Trabalhamos por quatro anos na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Fizemos processo licitatório para substituir a empresa responsável pelas atas e pelas pautas da Comissão. Depois de nove meses sem nada pronto, dedicamos de forma integral trinta dias para construir o edital.

WILLIAM WAACK

Há perspectivas de curto prazo para superar esses obstáculos?

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

A Academia e as universidades poderiam ter um papel de arbitragem e esclarecimento mais importante. Não temos acesso aos políticos. Essa aproximação será necessária. Existem falhas dos dois lados. O relacionamento entre o público e o privado, no mundo, é gerador de soluções.

ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS

Precisamos de certa criatividade institucional. A CTNBio foi uma inovação. Vemos na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) uma tentativa de conexão para captar recursos e aumentar as relações com o setor privado. Na sanidade animal, faltam fiscais para atender todos os abatedouros.

WILLIAM WAACK

Por onde podemos começar?

EDUARDO LEDUC

Temos dados mundiais disponíveis para entender se o produto pode oferecer risco. Não deveria haver espaço para a discussão não embasada em ciência. A indústria não visa simplificação, facilitação e aceleração, mas o atendimento de critérios científicos rigorosos. A CTNBio deu-se muito bem por isso.

FABRÍCIO ROSA

Tivemos o episódio da lagarta *Helicoverpa*, com prejuízos de R$ 2 bilhões. Estávamos despreparados, do ponto de vista da defesa vegetal, para encarar a praga. Levamos três anos para resolver uma emergência fitossanitária. São três órgãos para avaliar os produtos a serem utilizados. Cada um com agenda própria. Faltou o MAPA sentar na cadeira e fazer a governança desse processo.

WILLIAM WAACK

A proposta prática para começar a resolver rápido seria centralizar no MAPA?

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

O processo decisório dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) é tão complexo quanto o dos agrotóxicos, centralizado no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Não existe nada de novo. No modelo da CTNBio, temos um comitê único, com quatro setoriais: ambiental, vegetal, humana e animal. Os atores interagem e conversam simultaneamente. O processo serial não permite interação, ao contrário do paralelo.

WILLIAM WAACK

Qual é a possibilidade política de que propostas práticas, como essas, sejam implementadas?

TEREZA CRISTINA

Nesse Projeto de Lei, em que ocupamos a presidência da Comissão, o MAPA centralizará as informações. Não se pode emperrar processos importantes para o País. Nas reformas trabalhista e previdenciária, sou deputada de primeiro mandato, e ficamos impressionados com a quantidade de sindicatos e funcionários públicos preocupados em perder benefícios. ■

GERARDO LAZZARI





COOXUPÉ

COOPERATIVA FAZ PRODUTOR CRESCER NOS NEGÓCIOS DE CAFÉ

São 85 anos de cooperativismo regional, beneficiando o produtor com mais conhecimentos e informações

A COOPERATIVA Regional de Cafeicultores em Guaxupé escreve a sua história no cooperativismo brasileiro há 85 anos. O foco é o café, produzido nas regiões sul e cerrado de Minas Gerais e na Média Mogiana do estado de São Paulo. Conhecida como Cooxupé, esta cooperativa dá voz a mais de 14,5 mil cooperados, a maioria deles míni e pequenos produtores, responsáveis pela produção de café verde tipo Arábica.

Primeira no *ranking* brasileiro de exportação de café segundo o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ), a Cooxupé destina 80% de seu café ao mercado internacional – isto é, 48 países. As demandas por alta qualidade do produto e garantia de procedência, além do cumprimento dos pilares da sustentabilidade, têm exigido da cadeia produtiva cafeeira uma atividade cada vez mais profissional e eficiente. Nesse contexto, a cooperativa mineira realiza uma série de atividades ao longo do ano com o objetivo de fazer com que os seus cafeicultores cresçam ainda mais frente à competitividade do mercado. Uma delas é o ciclo de palestras chamado Unidade Demonstrativa (UD), realizado entre abril e maio, período que antecede a colheita. De acordo com o presidente da Cooxupé, Carlos Paulino, o evento prepara o produtor para este importante momento da cafeicultura. Em 2018, as UDs foram realizadas nos dezesseis núcleos espalhados na área de ação da Cooperativa, recebendo mais de 13,6 mil participantes. "É nosso dever contribuir com os nossos cooperados para que eles estejam cada vez mais aperfeiçoados técnica e profissionalmente, para que cresçam diante das exigências do mercado. Desta forma, o crescimento é recíproco, pois, numa relação de confiança, eles e a Cooxupé caminham rumo ao progresso e ao sucesso", destacou Paulino.

Neste ano, os temas das palestras das UDs foram: Manejo da Broca-do-café; Uso de Fertilizantes;

Preservação de Mananciais; e Alimentação Saudável. Como é aberto a toda família, o evento programou, também, atividades para as crianças, com a peça teatral "Dr. Gota em: alimentando com vida", enaltecendo a importância de uma alimentação equilibrada para uma saúde saudável. Além das palestras, os produtores têm a oportunidade de trocar informações diretamente com a diretoria da Cooxupé, que sempre está presente nas aberturas das UDs.

E, durante a troca de informações, o superintendente de Desenvolvimento do Cooperado da Cooxupé, José Eduardo Santos Júnior, destacou a qualidade do café. "A tendência do café de baixa qualidade é ter um preço ainda menor em relação ao café fino. É preciso cuidado para não deixar o café perder a bebida depois da colheita", explicou aos produtores. Os cooperados receberam, ainda, orientações sobre como reduzir de maneira correta os custos de produção. "Quando os preços caem, a tendência natural é reduzir custos, mas há situações certas para isso acontecer; não podemos diminuir ou cortar custos com adubações nem com tratos fitossanitários (controle de pagas e doenças). Esse não é o melhor caminho, pois reduziria a produção. A redução deve ser na parte de mão de obra, principalmente no café de montanha. Por isso, é importante investir em tecnologias; mexer onde deve ser mexido", completou Santos Júnior.

Os cooperados Luvaldir Domingues do Nascimento e José Carlos Ferreira participaram do evento realizado na cidade de Campestre-MG. Segundo eles, é sempre bom participar das UDs para ficarem por dentro do mercado de café e de tudo que é importante para o momento da colheita. Se o preço estiver bom, significa que podem investir mais. Tendo mais conhecimentos, conseguem oportunidades melhores de preços no produto e reduzem custos.

Em 2018, a Cooxupé tem como meta receber 4,5 milhões de sacas de café. "As nossas estimativas crescem a cada ano, e, de uma forma bem planejada, a nossa cooperativa sempre conseguiu honrar os compromissos estabelecidos com os mercados brasileiro e internacional. Nada disso seria possível sem os nossos cooperados e, também, os colaboradores. Estamos na história do cooperativismo há 85 anos e estamos certos de que, enquanto o espírito cooperativista estiver no cerne de nossas atividades, manteremos a nossa trajetória de credibilidade e contribuição para o desenvolvimento da cafeicultura brasileira", declarou o vice-presidente, Carlos Augusto Rodrigues de Melo. ■





Nascente encontrada pela Aprosoja por meio do projeto Guardião das Águas

GUARDIÃO DAS ÁGUAS

Projeto da Aprosoja foca no restauro de bacias hidrográficas

UM ESTUDO inédito divulgado pela unidade de Monitoramento por Satélite da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 2017 mostrou que 64,77% do território mato-grossense são constituídos por áreas intactas com vegetação nativa inteiramente preservada. Deste total, cerca de 34% estão localizados em propriedades rurais de agricultura e/ou pecuária.

A área restante, conforme a Embrapa, é ocupada por pastagens naturais (3,03%), pastagens plantadas (21,52%), agricultura (10,39%) e áreas urbanas (0,30%). Para a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), o estudo foi fundamental para comprovar o que o setor já sabia. "Sim, o agronegócio é sustentável, ao contrário do que muitos tendem a afirmar. Mato Grosso é o estado que tem a maior área verde preservada proporcionalmente ao seu tamanho. Somos acusados rotineiramente de degradação, mas, exatamente por trabalharmos com a terra, sabemos o valor e a importância de preservá-la", afirma o presidente da Associação, Antônio Galvan.

Exatamente por ter essa compreensão sustentável e ambiental, a Aprosoja lançou, em 2018, oficialmente, o projeto Guardião das Águas. O objetivo do projeto é identificar as nascentes dentro das propriedades rurais e classificá-las conforme seu grau de conservação.

"Dizemos que o Guardião foi lançado oficialmente em 2018 porque o nosso trabalho começou bem antes, em meados de 2017, com as primeiras identificações de nascentes na região oeste de Mato Grosso. Tivemos uma fazenda para fazer o piloto do projeto e, no local, onde foram encontradas nascentes das bacias Amazônica e do Paraguai, começamos um trabalho de restauro, com a limpeza da área e a regeneração com o plantio de espécies nativas. Além dessas nascentes, já identificamos mais de 800 nascentes na região. O objetivo é mapearmos todo o estado de Mato Grosso. Grande parte do que encontramos está em excelente estado de conservação, o que mostra, mais uma vez, que somos, sim, conservacionistas", destaca o coordenador da Comissão de Sustentabilidade e vice-presidente Sul da Aprosoja, Fernando Ferri.

SOJA PLUS: EM TRÊS ANOS, APROSOJA QUER DOBRAR ADESÕES

Programa de gestão e melhoria contínua foi criado em 2011 e é um "case" de sucesso para a agricultura

A meta é ousada, porém viável. Durante os três anos de gestão (2018-2020), a atual diretoria da Aprosoja pretende dobrar o número de fazendas mato-grossenses inseridas no programa Soja Plus.

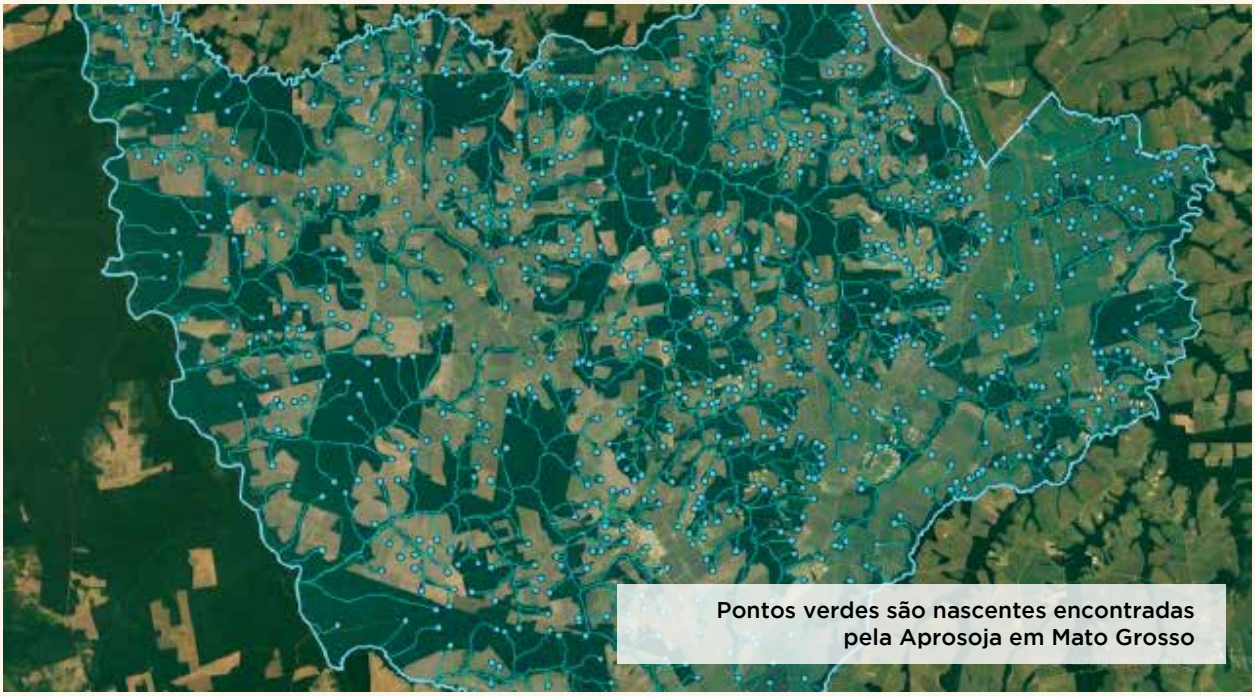
Criado pela Aprosoja em 2011, o programa de melhoria contínua tem entre suas metas preparar os agricultores participantes para atenderem as demandas de forma mais sustentável dos pontos de vista econômico, social e ambiental. Hoje, são 1.033 propriedades rurais no Soja Plus em Mato Grosso, que representam 1,7 milhão de hectares cultivados de soja.

A adesão é gratuita, e o processo todo é simples. Primeiramente, o associado ou alguém definido por ele, como um gerente da fazenda, deve fazer o curso sobre a Norma Regulamentadora nº 31, que trata de saúde e segurança do trabalho na agricultura. O curso tem duração de dois dias e é realizado por instrutores do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (Senar-MT).

Depois, a equipe da Aprosoja entra em ação. "Atualmente, temos treze supervisores de projetos, divididos nas quatro regiões produtoras de Mato Grosso, que estão no campo justamente para atenderem nossos associados. No caso do Soja Plus, o supervisor vai até a fazenda, faz uma *checklist* socioambiental da propriedade e mostra o que a propriedade precisa alterar para estar em conformidade com as leis trabalhistas, ambientais e sociais do Brasil. Nossas conformidades são exemplo para o mundo", explica o presidente da Aprosoja, Antônio Galvan.

DE OLHO EM MATO GROSSO

Fora do País, o programa, de fato, já tem o seu "passaporte carimbado". Em abril de 2016, a Aprosoja assinou um Memorando de Entendimento (MoU,



Pontos verdes são nascentes encontradas pela Aprosoja em Mato Grosso



Adesão ao Soja Plus deve duplicar em três anos

na sigla em inglês) do programa com a China Soybean Industry Association (CSIA), órgão ligado ao Ministério da Agricultura chinês e que conta com cerca de 700 associados, entre produtores rurais, processadores e *traders*. Em janeiro de 2017, foi a vez da União Europeia: ao lado da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), da Federação Europeia dos Fabricantes de Rações (FEFAC), da Federação Europeia de Óleo Vegetal e Proteínas (FEDIOL) e da Iniciativa para Comércio Sustentável (IDH), um MoU reconheceu o programa como o caminho mais adequado para se estabelecer e, futuramente, reconhecer que a soja mato-grossense é o passaporte para o mercado europeu, segundo diretrizes da própria FEFAC.

ARMAZENA MT

Programa tem garantido competitividade e sustentabilidade

O *slogan* é claro, direto e objetivo: "Seja dono, de verdade, do seu produto". E é isso que a Aprosoja tem fomentado por meio do Armazena MT, programa criado há exatamente um ano com os objetivos de desburocratizar o acesso ao crédito e auxiliar os agricultores a construírem os seus próprios armazéns.

Desenvolvido pelo setor de Política Agrícola da Aprosoja, o programa visa, também, auxiliar os associados em possíveis dificuldades técnicas do projeto do armazém, fomentar linhas de crédito que sejam mais atrativas para o produtor rural, difundir soluções alternativas de armazenagem e implementar, gradativamente, a cultura mútua de condomínios e/ou demais grupos de organização.

"O que a Associação quer é que a competitividade e a sustentabilidade dos produtores rurais sejam garantidas. Uma das principais vantagens com o armazém próprio é o poder de barganha, já que podemos escolher a época de comercializar nossos produtos. Hoje, ficamos reféns, uma vez que o escoamento é feito logo após a colheita, quando há grande oferta e, consequentemente, preços mais baixos. O Armazena MT veio mudar esse cenário", avalia o coordenador da Comissão de Política Agrícola e vice-presidente Norte da Aprosoja, Zilto Donadello.

O DÉFICIT

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Mato Grosso registra, atualmente, um déficit de armazenagem de 61,4%. O órgão mundial determina uma capacidade de armazenagem superior a 20% da produção, ou seja, que os grãos sejam 100% comportados em armazéns e que, além disso, haja essa "sobra" de 20%. Não é o caso de Mato Grosso.

Atualmente, segundo dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), a safra 2016/17 de soja teve uma produção de 31,3 milhões de toneladas e a de milho, de 30,5 milhões de toneladas. A título de comparação, na safra 2000/01, eram 9,6 milhões de toneladas de soja e 1,0 milhão de toneladas de milho.

"Crescemos mais de 55%* nesse período, e, hoje, Mato Grosso representa cerca de 9%** de toda a soja produzida no mundo e 2% de todo o milho. Tudo isso fruto de variedades adaptadas à realidade do solo e do clima do estado e, também, da introdução de novas tecnologias no campo. A armazenagem, no entanto, não acompanhou essa evolução tecnológica. O que buscamos por meio do Armazena MT é, finalmente, equalizar isso", destaca o gerente de Política Agrícola da Aprosoja, Thiago Rocha.

* Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); ** Segundo dados do IMEA



Armazena MT fomenta construção de armazéns no estado

POR QUE FAZER UM ARMAZÉM?

- Para minimizar perdas quantitativas e qualitativas em razão dos atrasos na colheita, ou durante armazenamento em locais inadequados;
- Para dispor de menos gastos com transporte, pois o frete costuma atingir o seu valor máximo no período de pico da colheita da safra;
- Para alcançar mais agilidade na colheita, pois elimina o tempo perdido nas filas das unidades coletoras ou intermediárias, além de dar qualidade de vida ao próprio produtor, que não precisará mais fazer todo o processo na pressa, correndo contra o tempo;
- Para escalonar a comercialização, aproveitando a sazonalidade de preços da entressafra;
- Para padronizar a colheita, principalmente no que diz respeito a umidade, grãos avariados e impurezas, melhorando a qualidade da classificação do produto entregue.

ARCO NORTE

Sem conclusão da BR-163, rota não tem sido viável

Em 2015, o Arco Norte recebeu os holofotes do agronegócio. A região, que compreende portos ou Estações de Transbordo de Carga (ETCs) dos estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão, foi vista, à época, como uma alternativa mais rápida e mais barata para o escoamento de grãos de Mato Grosso quando comparada aos portos mais ao sul do País, como os de Santos e Paranaguá.

Em caravanas realizadas desde então pela Aprosoja e pelo Movimento Pró-Logística (MPL) – os chamados "Estradeiros" –, as entidades atestaram que a finalização da pavimentação da BR-163 mudaria, definitivamente, a rota dos grãos do estado. "Quando nós começamos a falar do Arco Norte, fizemos um cálculo de que, estando a BR-163 concluída, também com o sistema de transbordo em Miritituba (PA) em operação, nós economizaríamos cerca de 34% em relação ao que se gasta quando se utiliza o Porto de Santos. De lá para cá, no entanto, a BR-163 não foi finalizada, e, do ponto de vista econômico, não estamos tendo vantagem", relembra o diretor executivo do MPL, Edeon Vaz Ferreira.

Além de não haver a conclusão da rodovia, Ferreira aponta um segundo problema: "hoje, o governo do Pará está embutindo valor de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas cargas de frete hidroviário. Este é mais um ponto da desvantagem econômica. Nossa luta diária também tem sido no sentido de derrubar essa cobrança".



Buracos na BR-163 causam acidente e dificultam escoamento de grãos

O presidente da Aprosoja, Antônio Galvan, lamenta o estado crítico de alguns trechos. "Estive em fevereiro deste ano na BR-163, e, em alguns locais, os caminhões sequer subiam a pista. Um novo Estradeiro foi feito em junho, e novamente encontramos péssimas condições. Constatamos alguns absurdos, como uma operação tapa-buraco sendo feita apenas com terra, sem uso apropriado da tecnologia. Em uma região onde o fluxo é de 600 caminhões por dia, podendo-se chegar até o dobro no pico de escoamento, é inadmissível que as construtoras façam esse tipo de manutenção. Infelizmente, hoje, enquanto produtores, nós não conseguimos ver agregação de valor ao nosso produto pelo Arco Norte, ou pelo menos redução de custos".

EXPECTATIVA

De acordo com um levantamento do MPL, a expectativa atual é de que a pavimentação da BR-163 no trecho entre Sinop (MT) e Miritituba (PA) seja finalizada em 2019. Dos 1.000 quilômetros entre um ponto e outro, faltam 95 quilômetros para a completa pavimentação.

APROSOJA PEDE NULIDADE DA PATENTE DA SOJA INTACTA DA MONSANTO NA JUSTIÇA FEDERAL

Associação entende que a patente 0016460-7 feriu a Lei da Propriedade Industrial (LPI)

A Aprosoja ingressou na Justiça Federal, em novembro de 2017, com uma ação pedindo a nulidade da patente da soja Intacta RR2 PRO, da Monsanto – a PI 0016460-7 –, por entender que o registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) não cumpriu os requisitos legais previstos na LPI. A Associação entende, desta forma, que a patente deve ser revista pelo INPI e declarada nula pelo poder Judiciário. A entidade pede, ainda, na ação, em sede de liminar, que a cobrança dos *royalties* da patente seja suspensa ou que o valor dela seja depositado em juízo até o julgamento do mérito do caso.

Conforme a Aprosoja, a patente fere a legislação em três principais pontos. O primeiro é que a Monsanto não informou ou demonstrou tecnicamente quais construções gênicas foram originalmente concebidas e testadas. Não há demonstração de seus efeitos técnicos. "E isso é fundamental para a concessão de uma patente, representando total carência de inovação, sendo apenas a derivação de ensinamentos conhecidos", explica o diretor executivo da Aprosoja, Wellington Andrade.

O segundo ponto envolve a falta de transparência e a insuficiência descritiva, uma vez que a patente deve cumprir com requisitos legais e técnicos que permitam, no fim de sua vigência, a total reprodução da invenção. E o terceiro ponto levantado pela Aprosoja é a adição ilegal de matéria à patente depositada.

"Além da falta de inovação, consideramos esse terceiro ponto uma falha grave, já que, após o depósito do pedido, a titular fez alterações na descrição da invenção, com o intuito de sanar

algumas deficiências. Ocorre que tais alterações se estendem além da matéria originalmente depositada. Isso é indevido porque, sendo a data de depósito relevante para a aferição da invenção, alterações que se estendem além da matéria originalmente depositada representam adição indevida de material", completa Andrade.

INDÍCIOS VEEMENTES DE NULIDADE

Dois meses após protocolar a ação, a Aprosoja obteve o que considera a sua primeira vitória no caso: em defesa encaminhada à Justiça Federal no mês de janeiro, o INPI, órgão federal que também é réu na ação e que concedeu o registro da patente, voltou atrás do seu posicionamento anterior e reconheceu que a patente de soja Intacta RR2 PRO da Monsanto deve ser anulada.

A Diretoria de Patentes (DIRPA) do INPI, por intermédio de três pesquisadores e um coordenador, afirmou, em parecer técnico, que, "com base no analisado, não é possível o reconhecimento da atividade inventiva perante a falta de clareza da SEQ ID NO: 28 e de evidências de que o efeito alegado é alcançado por todas as sequências englobadas pela referida SEQ ID NO: 28".

Com base no parecer, a Advocacia-Geral da União (AGU), representando o INPI, apresentou petição no processo requerendo a nulidade da patente. "De fato, o órgão técnico da autarquia reconheceu a não constatação da atividade inventiva. Desta forma, verifica-se que há a necessidade de anulação da patente PI 0016460-7. Além disso, a manifestação do INPI confirmou os três pontos levantados pela Aprosoja na ação contra a Monsanto", afirma Andrade.

A Monsanto também já se manifestou na ação, e a Aprosoja fez a impugnação dos pontos apresentados pela multinacional. Agora, a Aprosoja aguarda a decisão da juíza federal do caso em relação ao pedido de liminar.

MONSANTO

Essa não é a primeira vez que os produtores rurais de Mato Grosso questionam a conduta da Monsanto. Em 2012, a Aprosoja identificou que a multinacional estava cobrando por uma patente que estava vencida havia dois anos. A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato) e outros 47 sindicatos alegaram, na Justiça, que o direito de cobrança pela propriedade intelectual da tecnologia Roundup Ready (RR) estava vencido desde 1º de setembro de 2010, o que a tornava de domínio público.

Após decisões judiciais favoráveis à Famato e aos sindicatos, a Monsanto suspendeu a cobrança de *royalties*, beneficiando produtores rurais de todos os estados brasileiros. Os produtores tinham a receber, na época, cerca de R$ 1 bilhão por safra pelos *royalties* pagos indevidamente. ■



Aprosoja questiona patente da soja Intacta da Monsanto

CÓDIGO FLORESTAL E A TUTELA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



O SUPERIOR Tribunal de Justiça (STJ), por meio da 1ª Seção – responsável pelo julgamento de matérias de direito público –, em 9 de maio 2018, aprovou a Súmula nº 613, que rejeita a aplicação da teoria do fato consumado em matéria de meio ambiente.

De acordo com a definição do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – Recurso Especial (REsp) nº 709.934/RJ –, teoria do fato consumado são situações jurídicas consolidadas pelo decurso do tempo, amparadas por decisão judicial e que não devem ser desconstituídas, em razão dos princípios da segurança jurídica e da estabilidade das relações sociais.

Em outras palavras, trata-se de uma espécie de convalidação da situação pelo decurso de longo prazo, sendo que não pode servir para burlar previsão legal e somente deve ser utilizada se o fato estiver concretizado ou na iminência de se aperfeiçoar.

Com a edição da Súmula, o STJ procedeu à uniformização da jurisprudência, com a consolidação da interpretação de teses em um único documento a fim de orientar os operadores do direito.

Entendemos que a referida Súmula originará inúmeras dúvidas, em especial no que se refere às recentes leis editadas que reconheceram situações consolidadas de uso, as quais, inclusive, passaram pela análise do Supremo Tribunal Federal (STF).

Podemos exemplificar com o julgamento do novo Código Florestal, no qual o STF decidiu, entre outros pontos, sobre a consolidação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), que autoriza, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, do ecoturismo e do turismo rural nas áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008 (art. 61-A, do Código Florestal).

Observados os parâmetros indicados no citado artigo, que tratam do tamanho das propriedades, situadas entre 1 e 4 módulos fiscais, a referida situação pode ser considerada como exemplo de fato consumado que se impõe à tutela ambiental. Certamente, o legislador teve como intenção beneficiar o pequeno agricultor, assegurando-lhe a oportunidade de regularizar a sua propriedade.

Por outro lado, os dispositivos julgados que estabelecem o Programa de Regularização Ambiental (PRA), as APPs e as áreas de Reserva Legal (RL) – por meio dos quais foram extintas sanções às infrações cometidas antes do marco temporal de 22 de julho de 2008 – não podem ser considerados como fato consumado, posto que estão condicionados à assinatura de compromisso de regularização.

É importante relembrar que a avaliação política do Código Florestal foi concretizada pelo Congresso Nacional, a quem compete, pelo voto recebido do eleitor, o aval de inúmeros setores da sociedade e a realização de mais de 200 audiências públicas, além de definir qual é o equilíbrio mais adequado para o País a respeito do meio ambiente nacional.

Salientamos que o tema é complexo e precisará ser avaliado criteriosamente e, ainda assim, ressalvamos a necessidade de se evitar a rediscussão de assuntos amplamente debatidos no Parlamento brasileiro e na Corte Suprema.

O que realmente precisamos é estimular o desenvolvimento desse valoroso setor agropecuário, que tem a nobre missão de produzir alimentos para aproximadamente 209 milhões de brasileiros. ■

AVALIAÇÃO DE RISCO: AVANÇO DA CIÊNCIA BRASILEIRA

ANGELO ZANAGA TRAPÉ

Médico e doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), membro do Conselho Científico Agro Sustentável (CCAS) e presidente do Instituto de Pesquisas em Educação e Saúde "Prof. Waldemar Ferreira de Almeida" (INPES)

HÁ ANOS, se discute a necessidade de mudanças na legislação do setor de defensivos agrícolas, que data de 1989. Nas últimas semanas, o tema ganhou relevância com a proposta de um substitutivo ao Projeto de Lei (PL) nº 6.299 que visa atualizar aquela legislação nos itens de registro, comercialização e fiscalização. O tema é de extrema importância não apenas para especialistas, órgãos governamentais e agricultores, mas para toda a sociedade. Nesse contexto, um dos aspectos mais importantes trata da avaliação de risco para o registro de novos produtos.

A análise de risco, utilizada em diversos países, avalia os produtos em condições de uso e considera a probabilidade de algum efeito decorrente de sua utilização. Atualmente, para a análise de novos produtos, o Brasil leva em conta apenas o princípio ativo da molécula, enquanto a nova proposta agrega o procedimento científico de avaliação de risco, ou seja, que os órgãos de regulamentação passem a considerar, além do princípio da molécula, também o risco à exposição a essa substância.

A avaliação de risco é a ferramenta adequada para as decisões regulatórias dos agroquímicos. A Ciência Toxicológica recomenda avaliar a probabilidade de determinada situação acontecer, e não simplesmente barrar uma tecnologia que traz inúmeros benefícios. Sem dúvida, para a efetiva segurança no uso desses produtos, a indústria deve continuar a promover e garantir a orientação aos agricultores para o uso correto da tecnologia, assim como os órgãos de governo devem aprimorar a fiscalização. Tais ações, articuladas e intensificadas, minimizam os riscos a praticamente zero.

Esse fato confirmou-se no amplo trabalho de avaliação de agricultores que conduzi, denominado Projeto Agricultor Saudável. Com escopo de pesquisa científica, o projeto teve o aval da Plataforma Brasil, órgão que regula pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil e que é assegurado pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), vinculado ao Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (CNS/MS).

O objetivo estratégico do programa é monitorar as condições de saúde dos agricultores que trabalham diretamente com os agroquímicos. Com a gestão de *stewardship*, o estudo promove, também, o manejo destes insumos de modo seguro à saúde. As análises foram realizadas nas cinco regiões geográficas do País, percorreram 33 cidades, de catorze estados e avaliaram 3.280 agricultores, que produzem 31 tipos de cultura. Confirmando minha vivência de quarenta anos em Toxicologia Clínica, este amplo projeto demonstrou que as condições de saúde dessas populações são similares às de quaisquer outras de regiões não agrícolas.

Portanto, as mudanças em debate sugerem modernizar a avaliação e a reavaliação de registro dos defensivos. Ao mesmo tempo, asseguram o avanço científico, ao permitirem que inovações sejam disponibilizadas, com a mesma agilidade que em outros países, aos produtores brasileiros – os grandes responsáveis pela missão de gerar alimentos, fibras e renováveis de forma sustentável. ■

DIÁRIO DE BORDO

O AGRO É NOSSO, O AGRO É PAZ

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

ESTAMOS A pouco menos de três meses de uma das eleições mais complexas de nossa história contemporânea, cujo resultado terá enorme importância para o futuro do Brasil.

Se tivermos um governo reformista, haverá grande chance de encontrarmos o caminho do desenvolvimento sustentável e equitativo, gerando bem-estar a toda a população. Mas, se elegermos um governo meramente populista, talvez entremos num complicado período de desequilíbrio fiscal, que não se sabe como vai acabar.

Seja como for, os diversos setores econômicos, sociais e políticos do País preparam-se para encaminhar aos escolhidos em outubro seus maiores desafios e demandas.



O agro não ficará fora desse processo. Em todas as últimas eleições diretas, as entidades representativas do setor rural levaram aos diferentes candidatos, independentemente de partidos, os seus anseios mais legítimos. E isso foi feito, também, pelas instituições de todos os demais setores, de sorte que o novo governo, logo depois de empossado, recebia uma quantidade imensa de demandas que eram impossíveis de atender, mesmo que apenas parcialmente. E ninguém "levava" nada.

Por essa razão, neste ano, o agro está inovando. Um qualificado grupo de técnicos vem trabalhando com afinco para oferecer aos candidatos à presidência da República um Plano de Estado que não busca nenhum privilégio para o campo. O ambicioso Plano pretende transformar o Brasil no campeão mundial da segurança alimentar até 2030 e, por conseguinte, no campeão mundial da paz, visto que jamais haverá paz onde houver fome. De pronto, dois aspectos sobressaem. O primeiro deles é o conteúdo estratégico: não se trata de um plano para um único governo, mas uma visão de longo prazo que abarcará pelo menos três mandatos presidenciais. E o segundo tem a ver com o conjunto de setores envolvidos: não é um plano para desenvolver o agro simplesmente; ao pretender alimentar o mundo, ele incorpora os diversos segmentos das cadeias produtivas, a partir de uma premissa óbvia, de que não se planta nada sem máquinas, sem insumos (sementes, defensivos, fertilizantes), sem crédito e seguro, sem gente capacitada, e tudo isso é eminentemente urbano; igualmente, não se vende nada sem indústria de alimentos, sem estradas, ferrovias, portos e armazéns (infraestrutura), sem *traders*, sem redes de comércio e distribuição, também segmentos urbanos. Portanto, a proposta de fazer do nosso País um campeão mundial da alimentação diz respeito a todos os cidadãos brasileiros, uns mais diretamente e outros indiretamente.

Mais ainda: as entidades classistas que patrocinam esse estudo não estão pedindo nada aos futuros governantes. Ao contrário, estão oferecendo a eles, ao Brasil e ao mundo uma chance real de criar a paz universal, garantido a toda gente o direito essencial de se alimentar.

Se os eleitos assumirem essa oferta, gerarão empregos dignos e renda para o conjunto dos nossos concidadãos e riqueza para o País.

Isso dará uma nova dimensão ao agro, porque ele passará a ser visto como uma atividade de interesse e compromisso de todo mundo, urbano ou rural. E, alcançado o objetivo colimado, cada brasileiro dirá, com orgulho: "o agro é nosso, o agro é paz!!!". ■

PRODUZIR

OS DESAFIOS DA IMAGEM DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NO EXTERIOR

MARCELO VIEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

ESTAMOS CUMPRINDO uma intensa agenda de discussões com produtores rurais, entidades do agronegócio, lideranças do Governo e Academia sobre os maiores desafios da produção brasileira de alimentos. Um dos objetivos é contribuir com uma pauta de prioridades para levar aos pré-candidatos à presidência e, é claro, ouvir as suas respectivas opiniões.

Um dos nossos desafios é viabilizar alternativas de estruturação financeira, já que o crédito rural deve deixar de ser o principal mecanismo de financiamento do agronegócio no longo prazo, principalmente para produtores de maior escala, os principais supridores do mercado internacional. Também é um desafio atrair os investimentos de fora para apoiar a expansão da nossa produção de alimentos, que, com ganho de produtividade, deve dobrar nos próximos anos.

Além das antigas demandas do setor – pelas reformas tributária, fiscal e trabalhista para a redução do custo Brasil –, buscamos a desburocratização da liberação de licenças ambientais e para a fabricação de novos defensivos, sem comprometer a segurança dos produtos e a sustentabilidade. Buscamos, também, uma melhor regulamentação da segurança e da vigilância sanitárias, para corrigir atuais desvios.

Temos uma pauta importante na área ambiental, que traz um dos maiores desafios do agro, a plena conformidade com o Código Florestal. Para isso, deveremos restaurar milhões de hectares de áreas de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APPs) – importantes componentes das nossas metas firmadas no Acordo do Clima, em 2015 –, o que tornará a nossa agricultura um importante vetor de redução de emissões. Além disso, prevemos a recuperação de milhões de hectares de pastagens degradadas e uma grande expansão da nossa produção de baixo carbono por meio de modelos de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF).

O Brasil está comprometido, também, a dobrar a produção de biocombustíveis e quintuplicar a produção de bioenergia, uma vez que temos uma das matrizes energéticas mais limpas dentre as grandes economias do mundo. O nosso etanol é o melhor combustível mundial em termos de redução de emissões, como reconhecem até mesmo as agências ambientais norte-americanas.

Outro tema extremamente importante é a segurança no campo, considerada por muitos produtores o maior problema em regiões do interior do País. Hoje, é impossível deixar produtos e insumos nas fazendas, em razão do alto risco de roubo. Precisamos de soluções como a Patrulha Rural no estado de São Paulo, que acumula a função de Polícia Ambiental e leva melhor orientação e apoio a produtores.

Finalmente, precisamos trabalhar a imagem da produção brasileira no mercado mundial para agregar valor aos nossos produtos e garantir acesso aos principais mercados. É necessário que as nossas lideranças em sustentabilidade e responsabilidade social na produção de alimentos sejam apresentadas cada vez mais aos exigentes consumidores em todo o mundo para consolidar o Brasil como um dos maiores aliados da segurança alimentar do Planeta. E, ainda, precisamos trabalhar junto ao consumidor brasileiro, que ainda tem uma visão defasada do nosso agronegócio, para mostrar a nossa realidade de produção responsável e sustentável. ■



OPINIÃO

RENOVABIO INDUTORA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

ARNALDO JARDIM
Deputado federal (PPS/SP) e ex-secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

A POLÍTICA Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), ação mais inovadora e ambiciosa na área de bioenergia e biocombustíveis do mundo e indutora do aumento de eficiência do setor, caminha bem. A sua elaboração surgiu de um amplo diálogo entre os setores envolvidos com os biocombustíveis, e isso persiste em cada etapa percorrida.

A meta estabelecida, por resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), de redução da emissão de carbono em 10,1% até 2028 – superando a resistência de interesses ligados ao combustível fóssil e algumas distribuidoras que defendiam 4% – permite avançar rumo às metas da 23ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-23), realizada em Bonn, na Alemanha, em 2017. Trata-se de medida mandatória para que a participação da bioenergia na demanda mundial de energia dobre até 2030 e que a participação dos biocombustíveis triplique no mesmo período, para combater a elevação da temperatura do Planeta em 2 °C até 2050. A RenovaBio, que promove desenvolvimento e emprego, é a reafirmação do compromisso do Brasil com o combate às mudanças climáticas.



Ainda há muito o que se avançar. A definição de critérios para credenciar as firmas inspetoras que realizarão a Certificação de Biocombustíveis e emitirão o Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis (CBio) e a Nota de Eficiência Energético-Ambiental deve ter regras não tão fechadas que privilegiem determinada empresa, mas nem tão amplas que permitam a interessados sem competência serem credenciados.

Além disso, os critérios de certificação dos produtores e dos importadores de biocombustíveis têm que ser inclusivos, e não excludentes. É necessário imperar o bom senso, para que se tenha o mínimo de elegibilidade para induzir os produtores a serem mais eficientes e melhorarem. E, quando se fala em RenovaBio, é preciso lembrar que também estão incluídos o biodiesel, o biometano e o bioquerosene. É preciso que todos permaneçam envolvidos e motivados em todos os diálogos, como o CNPE e o Comitê de Monitoramento de Biocombustíveis e Combustíveis (CMBC), para cumprirmos firmemente o cronograma fixado.

Para que a RenovaBio funcione, é fundamental uma política de preços realista. A recente greve dos caminhoneiros destacou o anseio destes e da sociedade de que tenhamos previsibilidade de preços, mas isso não pode levar-nos ao artificialismo de "tabelamento". A correta utilização da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre combustíveis (CIDE-combustíveis) pode ser instrumento de "colchão compensatório". São atitudes assim que firmam um contexto econômico em que a RenovaBio venha para consolidar uma liderança que o Brasil poderá ter no setor de biocombustíveis.

Pela primeira vez na história do desenvolvimento do etanol e dos outros biocombustíveis no Brasil, há um instrumento real que possibilita o aumento da capacidade de produção e da eficiência, e todos devem estar envolvidos para que ele dê certo, pelo bem do Brasil e do mundo! ■

OPINIÃO

GARGALOS IMPEDEM AVANÇO DO AGRONEGÓCIO

FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
Secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

LOGÍSTICA E infraestrutura são dois grandes gargalos para o agronegócio brasileiro, que tem os custos elevados por problemas fora das porteiras das fazendas, de estocagem e de reduzido investimento (muito aquém do necessário) em infraestrutura. Enquanto isso, dentro das porteiras, a capacidade de produção vem crescendo.

Contudo, apesar de o agronegócio ter se desenvolvido muito, esses gargalos se tornaram inimigos do produtor rural. A falta de portos, ferrovias e hidrovias, a situação precária de muitas rodovias e o fato de o País ser um grande exportador de *commodities* fazem com que os custos com o transporte se agravem conforme crescem as vendas para o exterior.

Essas condições elevam em 25% o valor do frete, que, no Norte, chega a 35%, de acordo com dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). É preciso ressaltar que pelo menos 60% da carga são transportados por estradas.

A logística engloba outros processos além do transporte. Ela opera como um modo de gestão que cuida especialmente da movimentação dos produtos, nos diversos segmentos dentro da cadeia produtiva de qualquer produto, inclusive na armazenagem. Um levantamento realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apontou um déficit de mais de 32% na capacidade de armazenamento de grãos no País.

Grande parte do aumento da produtividade do agronegócio é resultado de pesquisas científicas, como as realizadas pelos institutos de pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), e de investimentos do produtor. O problema é o que se perde no trajeto da fazenda até o porto, o que alerta para a importância de se voltar a atenção para a necessidade de investimento em logística. O déficit de mais de R$ 2 bilhões somente no mercado de grãos faz com que novas estratégias sejam necessárias para a recuperação do crescimento do setor, sob pena de as oportunidades do Brasil no exterior serem afetadas. Segundo a CNA, a cada cinco safras, uma vai-se em prejuízos com a logística.

O estado de São Paulo conta com uma malha viária de boa qualidade. Porém, quando falamos de Brasil, temos uma infraestrutura logística construída antes da explosão do agronegócio. O País, de acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), conta com uma malha viária de aproximadamente 1,7 milhão de quilômetros de rodovias (federais, estaduais e municipais) e somente cerca de 12% são asfaltados. Apesar de o País ter a maior extensão rodoviária da América Latina, em porcentagem de rodovias pavimentadas ocupa o 19º lugar, ficando atrás de países como Guatemala, Argentina e Chile. Na Argentina, 40% das rodovias são pavimentadas.

Com a crise econômica, a iniciativa privada passou a ser fundamental para o desenvolvimento da logística e da infraestrutura. Uma coisa é certa: muito necessário é que se invista nos modais ferroviário e hidroviário – como é o caso da hidrovia Tietê-Paraná, que vem recebendo especial atenção do governador Márcio França –, para se dar opções aos produtores, que estão reféns dessa situação.

É preciso resolver esses gargalos para que a produção brasileira possa crescer e trazer mais divisas para o País, gerando emprego e renda no campo. ■



morya.

sicredi.com.br



Somos o Sicredi e para tudo que a sua propriedade rural precisar, você pode contar com a gente. Nosso compromisso é estar ao seu lado. Por isso, oferecemos os produtos e serviços financeiros que ajudam no seu crescimento, sempre de um jeito mais próximo e descomplicado.

*Abra uma conta com a primeira instituição financeira **cooperativa** do Brasil.*

Sicredi

Seguros intermediados pela Corretora de Seguros Sicredi. Verifique se o crédito consultado cabe no seu orçamento. Crédito sujeito à análise e aprovação.
SAC Sicredi: 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala:** 0800 724 0525. **Ouvidoria Sicredi:** 0800 646 2519.

REFLEXÃO

É PRECISO CRESCER

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

A gente cresce sempre, sem saber para onde.

João Guimarães Rosa

COMO BRASILEIROS, os últimos dez anos têm sido pouco gratificantes. Tivemos a queda no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), chegando a haver anos seguidos de decréscimo deste indicador da economia nacional, além da perda na confiança, alicerce fundamental da esperança. Um tipo de insanidade misturado ao processo de manutenção do poder – que saltava aos olhos daqueles mais lúcidos – foi absolutamente esquecido quando se descobriu o insuportável furto orquestrado à sociedade brasileira pelo poder encastelado nas instituições nacionais de relevo.

Há diagnósticos e previsões sobre tudo isso, mas nada tão significativo quanto o que disse, tanto tempo atrás, Confúcio: "quando as palavras perdem o seu significado, pessoas perdem a sua liberdade". A esperança por dias melhores vai se tornando menos presente nas pessoas, e a liberdade, consequência do ambiente onde se vive, fica às voltas de um processo de autodefesa dos políticos, para que se mantenham em sua insustentável base de atuação.

Num dia, o País consagra uma pessoa por ter recuperado uma grande empresa governamental e chega até a pensar em lançá-lo como líder; no outro, renega a nova política de preços desta empresa, cuja lógica acompanha o mercado internacional, tabelando preços, congelando-os, fazendo acordos com grevistas insatisfeitos e voltados a um passado recente, de insucessos e sem crescimento do País. Acionistas enfrentam forte queda do valor de seus papéis, e uma esquerda massacrada pela corrupção vê nisso uma oportunidade eleitoral.

Ganhador do Nobel da Paz de 1984, Desmond Tutu afirma que seu pai lhe dizia "não levante a voz, melhore os seus argumentos". É nesse foco que as lideranças do País precisam se concentrar, pois são os seus pensamentos claramente colocados que ajudam a rejuvenescer as esperanças, combustível renovável que alimenta as ações, que, por sua vez, levam ao crescimento. Se bem elaborados, geram um desenvolvimento sustentado ao sentido da vida, que é seguir em frente, sempre.

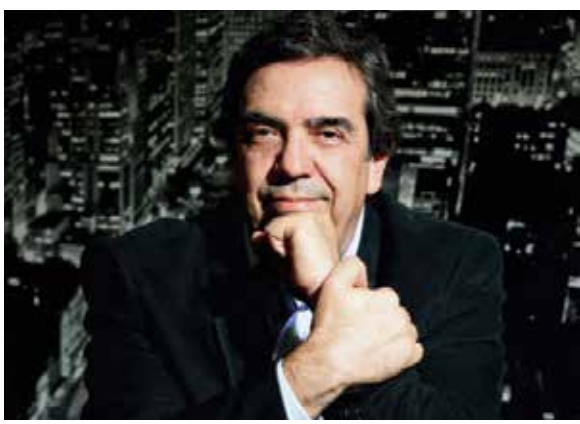
Nos dias atuais, de tanta insegurança e falta de líderes, o Brasil de Brasília distancia-se do Brasil real. Flechas são lançadas sem destino, palavras são pronunciadas sem responsabilidade, e as oportunidades são perdidas, todos sem chance de voltar.

Nesse ambiente nada construtivo, as eleições gerais se aproximam, com uma Copa do Mundo de futebol no meio. Até então, os votos nulos e brancos estão, nos levantamentos de opinião, disparados na frente dos candidatos retratando a desilusão.

Por outro lado, os riscos de mais um período sem crescer são reais e questionam o que é mais importante a um país de desempregados em massa, rico em recursos naturais, mas escasso em capital.

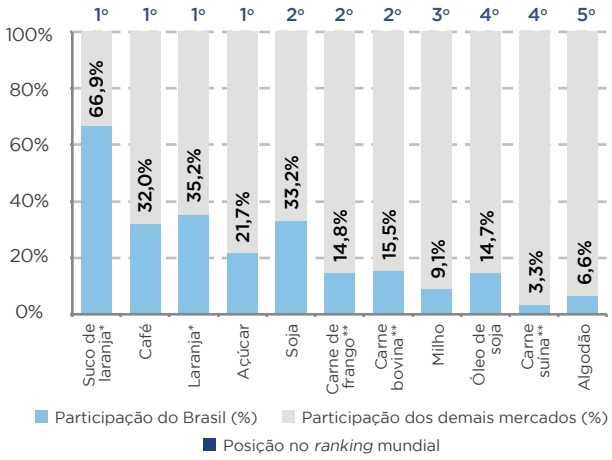
Crescer é muito importante. Corrigir desvios, mostrar-se confiável e acreditar que é possível se desenvolver é, hoje e sempre, fundamental. Saber para onde se quer ir e buscar isso de forma integrada, em elos resistentes e consistentes, é, talvez, o que um candidato pode plantar nos corações da população brasileira, tão cansada do *slogan* "eles contra nós". É preciso crescer em um País unido, no sentido do crescimento não só para ficar maior, mas para evoluir, ficar melhor.

Mostrar indignação é importante. Transformá-la em ações de correção, para ter mudanças, será o grande esforço de toda a sociedade se o objetivo for crescer nos termos deste texto. ■



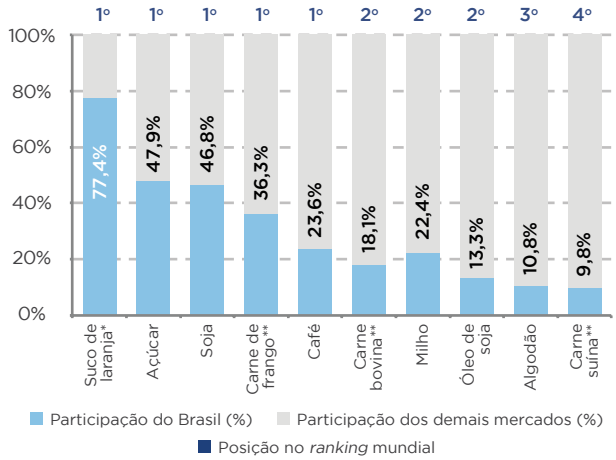
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



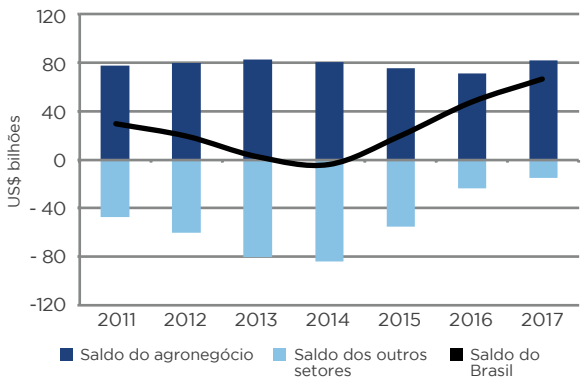
* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



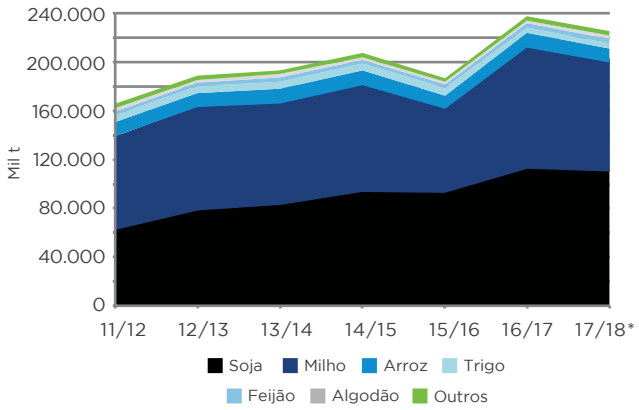
* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



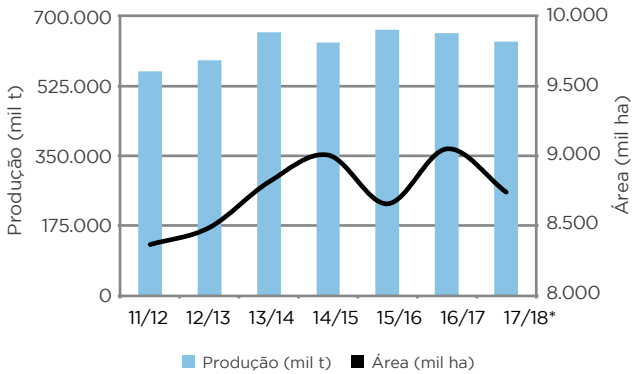
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



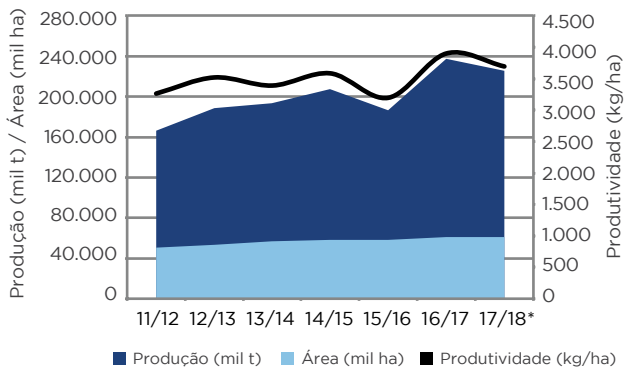
* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Estimativa em fevereiro de 2018
Fonte: Conab